

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 64

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sua reunião ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular do cargo por não se encontrar presente e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Artur Lopes Lobo, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18, 00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.



Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Élio Manuel Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, João Gabriel Ferreira Santos, Joaquim dos Santos Abreu, Vitor Manuel da Silva Martins, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Élio Manuel Delgado da Maia, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Raul Ventura Martins e Custódio das Neves Lopes Ramos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da sessão ordinária do mês de Dezembro, cujos pontos a seguir se transcrevem:

"1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

2 - CÂMARA MUNICIPAL - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1997;

3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS E ORÇAMENTO PARA 1997;

4 - PLANO DE PORMENOR DO PICOTO - OLIVEIRINHA - APRECIACÃO E APROVAÇÃO;

5 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO CONTABILÍSTICA DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES".

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Deu também conhecimento à Assembleia, de que recebeu uma carta do Vogal Artur da Rosa Pires, na qual comunica que por motivos de ordem profissional lhe é impossível continuar a assegurar a representação do agrupamento político do PSD na Conferência de Representantes, e que, por isso, oportunamente o agrupamento político indicará a pessoa a contactar, para assumir formalmente essas funções.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia, as seguintes actas:

ACTA N^o 54 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e três votos a favor e seis abstenções.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel Simões Madafl.



ACTA N° 55 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e quatro abstenções.

De seguida entrou-se no período regimental de "antes da ordem do dia".

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Vitor Mangerão:

"Neste período de "antes da ordem do dia", na última Assembleia que se realiza no presente ano, precisamente aquela em que é apresentado o Relatório de Actividades e o Orçamento para aquele que irá ser o último ano deste mandato, de quatro, é uma oportunidade especial para poder tecer algumas considerações que em síntese possam significar muito mais de que 1996, de certo modo 1995, 1994 e 1997, eu tenho três pontos que considero, para mim lapidares no seu conjunto, e que escolhi para esta pequena intervenção, pequena, despretensiosa e quase diria despolitizada na sua sinceridade.

Primeiro, o que se passou recentemente envolvendo incidentes de natureza policial em Évora, alastrou a todo o País e deu azo a que pela primeira vez se registassem manifestações alargadas da população e de agentes da sociedade civil, de solidariedade para com a Polícia de Segurança Pública. Sem querer imiscuir-me em aspectos que têm a ver com regras processuais destes casos, muito menos pondo em causa a dignidade e as competências da Magistratura Portuguesa, de qualquer forma não esquecendo também as possíveis razões de crítica que por vezes os cidadãos possam ter em relação à actuação deste ou daquele agente da PSP, ou das forças militarizadas em geral, portanto, ressaltados todos estes aspectos, eu de qualquer forma acho que interpreto o sentir, pelo menos da bancada social democrata, ao dizer que também nós estamos solidários com a Polícia de Segurança Pública, com aqueles que são agentes ao serviço da população em defesa da sua segurança, do seu bem estar e na cautela para que realmente não resultem prejuízos piores para a sociedade portuguesa da actuação dos infelizmente cada vez mais numerosos, qualificadamente mais numerosos, agentes do crime. O saber-se que a Polícia de Segurança Pública de Aveiro também tomou posição naquilo que consideraram legítima atitude de marcar posição face ao problema, reforça o trazer este problema para aqui.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Consideramos que as autarquias não podem ser espectadores passivos em questões que institucionalmente não lhe dizem directamente respeito, como por exemplo a defesa dos cidadãos, há uma responsabilidade política da parte das autarquias, concretamente as Câmaras Municipais em relação a tudo quanto diga respeito ao bem estar das populações, e a segurança é evidente que está incluída neste conceito de bem estar. Logo, o descobrir novas formas de colaboração, uma actuação mais eficaz, áreas de coordenação de esforços autênticas e produtivas, é uma obrigação de uma autarquia que queira assumir efectivamente a representação dos interesses das populações, neste momento, sem qualquer demagogia, sem entrar em quaisquer diatribes contra ninguém, mas dizer simplesmente aquilo que é mais profundo no sentimento generalizado da população, é isto - nós estamos solidários com a Polícia de Segurança Pública, com as outras forças militarizadas enquanto agentes institucionais para a defesa e manutenção da ordem pública, para a garantia dos direitos dos cidadãos que querem preservar a ordem pública acima de tudo, e defender-se contra o crime organizado.

O segundo ponto, diz respeito à degradação das ruas da cidade de Aveiro e arredores, eu diria mesmo à degradação generalizada dos pavimentos por onde pessoas, veículos e animais têm de transitar, em todo o concelho de Aveiro, dir-me-ão que aqui há temporais como há em todo o País, dir-me-ão que há factores externos transitórios, por exemplo obras levadas a cabo por entidades, enfim empresariais, que coincidiram todas desgraçadamente umas em cima das outras, dir-me-ão isso tudo... mas não há dúvida que ao olhos do cidadão comum, do munícipe, não há dúvida que se chegou a uma situação escandalosa de degradação das ruas por onde nós temos de passar, para nos vermos uns aos outros, para trabalharmos, para convivermos, para transitarmos, para sermos gente, é uma degradação e é evidente que sendo este um assunto que já por outros meios, noutras oportunidades, desde há anos que tem sido trazido à baila, não só aqui, mas certamente dentro das sessões do Executivo, é de perguntar, é de questionar a Câmara, se com o arrastar do tempo não foram sendo também arrastadas as tomadas de posição firmes sobre esta questão; iremos daqui a bocado discutir o Plano de Actividades e Orçamento, e se calhar haverá ocasião de se vincar este aspecto de uma forma mais pormenorizada, mas, desde já, considero a situação em que se encontram as ruas de Aveiro, como verdadeiramente simbólica daquilo que a Câmara infelizmente não soube fazer, inclusivé não só em termos operacionais, mas em termos institucionais, inclusivé de se impôr como autoridade zeladora dos interesses da qualidade de vida de Aveiro, face aos agentes exteriores que de uma forma praticamente anárquica, arbitrária, invadiram esta terra e

têm feito as coisas mais incríveis, há pavimentos novos que foram sucessivamente desventrados pelos vários agentes de investimentos interesseiros, foram os gases, foram as TV's Cabo, foram as Telecoms, foram os diabos, nunca todos ao mesmo tempo, nunca todos no mesmo buraco, mas uns atrás dos outros a abrir escandalosamente, quinze dias uns, atrás dos outros, e as ruas hoje estão pseudo-reparadas, algumas é um nojo o que aí está; atravessar uma rua ao longo de trezentos ou quatrocentos ou quinhentos metros e dar não sei quantos saltos como se houvesse ali defesas anti-carros, se isso é ter uma rua reparada? taparam os buracos, isto para mim é extremamente simbólico, e ligo isto directamente a um outro aspecto, num campo completamente diferente, mas ainda mais simbólico e que me preocupa profundamente, e sem querer fazer ironia, esta gravura que aqui está foi a gravura escolhida pela Câmara Municipal de Aveiro para ilustrar o seu postal oficial de boas festas, eu nem queria acreditar, estava num escritório quando a pessoa que lá estava agarrou no postal de boas festas e disse, ah, os Holandeses do Cojo, mandam boas festas para vocês, e eu disse, não, não são os Holandeses do Cojo, é a Câmara Municipal; o quê? cheguei a casa e realmente tinha lá um igual.

Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores, eu lastimo profundamente que a falta de sensibilidade, a distração, a falta de elegância formal, tenha permitido que isto tenha acontecido, por duas razões: primeiro, porque a escolha de uma gravura num caso destes e acrescentando a isto um postal de boas festas, não pode ser um gesto de que se encarrega aí qualquer empregado que anda a reparar ruas, não, é um gesto cultural, profundamente cultural, portanto não pode ser negligenciável, logo, foi um gesto responsável, se foi responsável teve que ter critérios por trás dele, e eu pergunto o que é que significa a escolha de uma maquete de um empreendimento privado? se fosse um empreendimento da Câmara ainda se podia discutir alguma coisa, mas não é um empreendimento da Câmara, é um empreendimento puramente privado, o meu barbeiro, que eu não digo quem é, vim de lá agora, mandou uma piada e eu não repito a piada dele, mas eu juro que defendi com unhas e dentes que ninguém na Câmara está a querer fazer publicidade ao investimento privado do Cojo, eu disse: - "não, é que para a Câmara isto foi se calhar a coisa mais importante que aconteceu nestes últimos anos", e eu digo, pois, aí é que está o problema, é que já nada nesta terra é melhor símbolo para a Câmara Municipal, para a sua obra, neste último ano de mandato, neste último Natal em que têm a certeza de que ainda são Câmara, já nada existe, a não ser um empreendimento privado de um grupo estrangeiro que veio aqui implantar-se no Cojo, eu lastimo profundamente o que isto significa de confusão mental e política; em nome

dos pergaminhos dos artistas de Aveiro, que os há ainda tantos, eu gostaria que tivesse aparecido aqui, nem que fosse uma imagem pequenina de barro vermelho, ou a fotografia de um azulejo qualquer, ou simplesmente um sininho, ou a torre daquele edifício ali onde mora a Câmara Municipal, mas nunca um empreendimento privado deste género, tanto mais que este empreendimento privado, peço desculpa, mas tem muito pouco de mérito da Câmara Municipal, se ele aqui está, a Câmara Municipal deve-o a mais de setenta e cinco por cento, que é uma maioria qualificada, à actuação desta Assembleia Municipal, pronto, agora isto só por si já é um último argumento, tudo o resto está dito, quando no mundo do imaginário, no mundo do simbólico, que tem toda a importância porque estamos no campo do político, se joga desta maneira, está tudo dito, sobre o vazio do projecto e a falta de dedução que até a política deve ter, do que é estético, ou seja, do que fala ao coração das pessoas."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Artur da Rosa Pires.

Vogal Nuno Tavares:

"O meu colega de bancada Dr. Vitor Mangerão, disse muito melhor do que eu seria capaz, um pouco daquilo que nos vai na alma, eu só direi, que relativamente aos buracos, há incompetência. Relativamente a esse cartão de boas festas, há mau gosto, é tudo, muito obrigado"

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Raul Martins e Olinto Ravara.

Vogal Armando Vieira:

"Queria falar também dos buracos, já agora que falaram aqui de buracos, vou falar dos buracos; esta manhã tive oportunidade de conversar com um responsável dos serviços municipais, para falar de crateras, verdadeiras crateras, numa estrada habitada por pessoas que eu há bocado tive o cuidado de tirar fotografias, não tive tempo de as revelar, porque tinha gosto de as exhibir aqui hoje, e uma vez mais também por aí, Sr. Presidente, se vê a discriminação vergonhosa das populações rurais, por comparação com as freguesias urbanas e as populações urbanas. Esse responsável disse-me que andavam a tapar os buracos que havia na cidade, que era mais urgente, e eu fui ver onde é que andavam as brigadas, andavam na Zona Industrial de Taboeira, andavam aqui na cidade em alguns sítios, e havia uns pequeninos buraquinhos que eles realmente andavam a tapar, por comparação eram precisos cem buracos da cidade para se compararem com cada buraco daqueles que está aberto numa Rua chamada do Barreiro, onde habitam pessoas tão dignas quanto as pessoas da cidade, Rua do Barreiro, Freguesia de Oliveirinha. Depois, Sr. Presidente, andamos desanimados porque constatamos que a nossa terra, a nossa


HGP/15

querida Aveiro, o nosso distrito, a nossa cidade, o nosso concelho, está a ser prejudicado pela actuação irresponsável, se calhar não tão irresponsável como isso, do Governo Socialista e da sua mais recente aquisição, ou não tão recente como isso, os acólitos do PP, senão vejamos, na Câmara de Aveiro os Srs. Vereadores do PS eleitos, não estão cá, os Srs. Vereadores eleitos pelo PS, não estão cá, abandonaram, os que foram eleitos, os que estão aí podem ser os substitutos, os eleitos abandonaram, têm outras funções em Coimbra, estão mais interessados em estar em Coimbra, que outros valores mais altos se levantam, nomeadamente para a sua carreira e para a sua carteira. Estes Srs. Vereadores Socialistas vêm na cena do anterior Presidente da Câmara, que foi eleito também pelo povo, e que em Novembro de 93, o Sr. Dr. Girão Pereira, no Restaurante "Cozinha do Rei", desta cidade, jurou solenemente que se fosse eleito manteria o mandato e cumpriria o mandato até ao fim, três meses depois já estava a fazer tábua rasa dessas promessas solenes, é bom que os aveirenses não se esqueçam disso. Quanto a Vereadores, humildemente há que reconhecê-lo, os Vereadores do PSD, ali estão no seu posto e, se calhar, têm muito mais que fazer que isso, não abandonaram os seus lugares, mantiveram-se no seu posto, para o qual o povo de Aveiro os indicou, e eles, humildemente, estão a cumprir o seu mandato. Mas, depois há outros prejuízos, meus Srs., há dias fiquei "banzado" de ver que as Bandas de Música, os Grupos Folclóricos, de Aveiro e de todo o resto do País, não vão poder beneficiar de um subsídio de trezentos mil contos, porque o Governo Socialista com a conivência do PP, chumbaram uma proposta do PSD, no sentido de ser atribuída a esse tipo de instituições tão populares e tão do agrado popular, uma verba de trezentos mil contos, no Orçamento do Estado. É lamentável meus Srs., que o Governo Socialista o faça, é lamentável que o Governo PS com o seu beneplácito, permita que isso aconteça. Depois ainda mais grave é constatar-se que havia a proposta e a possibilidade, por transferências de contas, nem sequer de reforço, nem de aumento da despesa do Orçamento do Estado, havia a possibilidade de reforçar as verbas para as Juntas de Freguesia, com 7,003 milhões de contos, e que foi também chumbada com os votos contra do Partido Socialista e com os votos contra do PP, lamentável, meus Srs, é bom que os Srs. Presidentes de Junta do PP, limpem as mãos a este guardanapo e a Câmara que tire daí as ilacções correspondentes.

E ainda mais, nós aveirenses temos que estar preocupados, é bom que nós analisemos e reflectamos em conjunto sobre isto, o PIDDAC para o Distrito de Aveiro, é o pior dos últimos dez anos, isso só foi possível com os votos do Partido Socialista e com o apoio do PP, é lamentável, que assim nós vejamos cada vez mais a nossa terra, que teria tantos direitos, ou mais que outras, e nós estejamos a ver

investir-se a belo prazer de compadrios, de camaradagens políticas, a ver investir as verbas do Orçamento do Estado por compadrio político, é lamentável, e se calhar não será de todo em todo alheio a estas situações uma figura que nós sempre respeitámos no nosso Distrito, como nos outros, que é a figura do Governador Civil; os Srs. conhecem o Governador Civil de Aveiro? já ouviram falar em algum lado? acham que aquele Sr. pode representar-nos condignamente? os Socialistas aqui presentes não se atreverão a dizê-lo, em público, mas dizem-no em privado: "que aquele Sr. não tem competência para ser Governador Civil do Distrito de Aveiro" e foi nomeado pelo Comissário Político, que é Presidente da Câmara de Espinho, para Governador Civil do Distrito de Aveiro, nitidamente com o objectivo de nos prejudicar como Distrito, porque esse Sr. defende que o município de que faz parte, que é Castelo de Paiva, pertencesse à Associação de Municípios do Porto, do Vale de Sousa, do qual ele é Presidente, e que faça parte da futura região norte, se ela vier a existir, nos mesmos moldes em que o Sr. Presidente da Câmara de Espinho também defende. É lamentável, meus Srs., que nós tenhamos como primeira figura política do nosso Distrito, uma figura como a do actual Governador Civil".

Vogal António Salavessa:

"Já que estamos no período das festas, permita-me Sr. Presidente e Srs. Deputados, que deseje a todos os membros da Assembleia e ao público aqui presente, a continuação de Boas Festas e se não nos virmos até lá, um bom ano, umas boas entradas em 1997, porque isto do Natal, mesmo quando não se é religioso, a tradição judaico-cristã está demasiado impregnada, no íntimo de cada um de nós, e mexe sempre alguma coisa connosco.

Cumprida a função, foi cumprida com gosto, queria também falar de cartões de Boas Festas, que me desculpe o Dr. Mangerão, habitualmente quando algum dos presentes refere uma circunstância, não tenho por hábito, voltar ao mesmo assunto, mas porque de facto a questão do cartão de Boas Festas me parece demasiado significativo, eu não queria deixar de referir esse assunto; é óbvio que o Município e o Presidente da Câmara, em particular, têm que enviar cartões de boas festas, até gosto de receber e aprecio-os enquanto peças, muitas delas são peças de design, peças de arte bastante interessantes, uns são mais bonitos do que outros, questões de gosto, questões de estética, mas foi preciso chegar a 1996 para que ficasse efectivamente desagradado com um cartão de Boas Festas, e o pior de tudo é que o cartão tenha sido enviado pela Câmara Municipal de Aveiro, em nome do seu Presidente, que por acaso não o assinou, portanto o tal cartão já aqui referido e que tem no seu interior a maquete de uma coisa a que pomposamente chamam "Forum Aveiro"; o que me

desagradou profundamente foi o facto do Município estar a servir de veículo publicitário de um empreendimento privado que ao escolher a maquete deste empreendimento do Cojo, da empresa que eu não cito, veio ilustrar as centenas ou talvez os milhares de cartões enviados pela Câmara, que esteve a fazer um frete publicitário, mas que significa mais um passo em frente, porventura pequeno, mas que é significativo, no atoleiro da confusão entre interesses públicos e interesses privados em que o Município se vem constantemente envolvendo.

Deixando para trás toda a história do processo do Cojo, que por ser recente não é necessário estar a recapitular, e tendo como adquirido que o que lá vai, lá vai, e que o que vai ser feito é isto que é aqui repetido na capa do Plano de Actividades, é necessário que se diga de uma forma muito clara, que isto não é da Câmara, isto não é do Município, não está previsto ali, nem novos Paços do Concelho, nem que se saiba qualquer estrutura municipal. Diz o estatuto dos eleitos locais, que todos nós, membros da Assembleia, membros da Câmara, todos nós estamos obrigados a salvaguardar e a defender os interesses públicos do Estado e da nossa Autarquia, não patrocinando interesses particulares próprios, ou de terceiros, de qualquer natureza, a Multinvest está a fazer o seu investimento, está a construir o seu empreendimento, trata-se, como em muitos outros casos que existem na nossa cidade, de lojas, de apartamentos, de escritórios para alugar e para vender, é à empresa que cabe a sua promoção, não é à Câmara. A Câmara mais uma vez, espero que apenas devido ao seu estilo ligeiro, distraído, pouco reflectido nas coisas, errou de forma grave e de forma que não pode ser remediada, mas Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu espero que com este erro não se caia em erros semelhantes, senão qualquer outro empreendimento da cidade, seja o edifício, seja o centro Avenida, ou qualquer outro, pode reivindicar direitos iguais àqueles que aqui foram violados. Queria citar ou mostrar, por contradição outros postais enviados pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que eu agradeço, e que não cai em erros, tal como não caiu em erros a Câmara em anos anteriores, quando fez um postal com a Jerónimo Pereira Campos, ou quando fez com a imagem de Santa Joana Princesa, o que até era também um postal muito bonito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faz amanhã um ano que nesta Assembleia foi aprovada uma Moção, relativa aos danos e aos prejuízos causados pela intempérie que assolou a região por altura do Natal; essa Moção aprovada há um ano incluía uma recomendação à Câmara Municipal para que de acordo com as suas possibilidades, estudasse a possibilidade de implementação de um sistema de aviso que pudesse funcionar em situações semelhantes, por isso, passado um ano, pergunto à Câmara Municipal o que é que fez dessa recomendação da Assembleia Municipal?

Em terceiro lugar, queria falar da correspondência, a correspondência que foi enviada à Mesa, eu aceito o critério da Mesa de não ler em pormenor tudo aquilo que recebe, mas a correspondência que foi enviada à Mesa dizia respeito, de uma forma muito directa a esta Assembleia, porque esta Assembleia aprovou recentemente uma Moção em que se reivindicava a inclusão no Orçamento do Estado da efectivação da obra do Itinerário Complementar 1 (IC1) entre Maceda e Vagos; esta Assembleia aprovou essa Moção que foi enviada a todos os Grupos Parlamentares e o Grupo Parlamentar do PCP, apresentou uma proposta de alteração ao PIDDAC, que visava a inclusão no Orçamento de Estado de 1997, dessa acção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como é sabido, essa proposta foi inviabilizada pelo voto contra do Partido Socialista e pela abstenção do Partido Popular, essa carta chama a atenção para esse facto, eu não posso deixar de publicamente expressar o meu protesto em relação a essa atitude que naturalmente não será da responsabilidade dos membros desta Assembleia por essas forças políticas, mas que é obviamente da responsabilidade dessas forças políticas enquanto tal".

Vogal Virgínia Veiga:

"Para não prolongar excessivamente o "período de antes da ordem do dia" e porque realmente há necessidade de entrar na ordem de trabalhos directamente, tencionava prescindir do uso da palavra, no entanto, estamos efectivamente em final de ano e em início de último ano de mandato e no seguimento até da intervenção do Sr. Salavessa, gostaria de desejar a todos e a esta Assembleia, enquanto tal, que continuássemos a ter aqui o espírito que tem norteado o ambiente de trabalho nos três anos que nos têm trazido a trabalhar uns com os outros, e por isso, intervenho para lamentar que um Presidente de Junta de Freguesia, que uma vez eleito aqui está acima de tudo nessa qualidade, como Presidente de uma Junta onde estão representados munícipes de diversas cores, partidarize excessivamente as suas atitudes e as partidarize ao ponto de não se coibir de atacar em plena Assembleia Municipal da capital de um Distrito, um outro Presidente de uma Câmara Municipal. Há que haver comedimento nos actos e nas palavras e, sobretudo, saber qual é o objecto e o objectivo da nossa presença aqui, e não o extravasar para campanhas eleitorais precoces e deslocadas.

Não posso deixar de lamentar também os termos em que um Deputado Municipal, mas sobretudo um Presidente de uma Junta de Freguesia, se refere a um Governador Civil. É que criticar actuações, se as houvesse, deveriam ser esclarecidas, pontuadas, fundamentadas - aquilo que foi feito, foi um ataque sem fundamentação, sem sentido, e que em muito, deita a perder a representação e o cargo que devia estar

aqui solenemente também representado. Aproveito para lembrar uma estranha coligação, essa sim, aqui nesta Assembleia Municipal, recente, aquela em que foi efectivamente retirado protagonismo a Aveiro, não é o nosso Governador Civil que nos retira protagonismo, concerteza quem lê jornais sabe disso, a própria Assembleia Municipal retirou protagonismo a Aveiro, por uma estranha coligação, essa sim local, essa sim aveirense, entre o PSD e o PP, que nos impediu de discutir aqui, a nós, no nosso local, a regionalização e o prisma aveirense sobre regionalização. Haja comedimento, oxalá, esse é o meu desejo de bom ano e de futuro ano, para que a Assembleia Municipal de Aveiro não tenha mais intervenções desta natureza. "

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, somos urbanos e respeitamos muito os rurais, mas também gostávamos de dizer - isto é só buracos, e para falar em buracos, lamentavelmente continuamos a sentir, mas a sentir profundamente, a falta de consideração e de respeito nesta Câmara, pelos Presidentes de Junta; nunca será demais bater sempre na mesma situação, os Srs. esquecem-se que fomos eleitos, e não nomeados, representamos as populações da freguesia, somos os representantes directos dos seus problemas e dos seus anseios. Tiraram-nos os cartões de estacionamento, para não sermos multados, ainda agora pagamos parcómetros para estarmos aqui; pagamos parcómetros para nos dirigirmos à Câmara, no entanto outros que não foram eleitos, pois foram nomeados, têm regalias indevidas. Era bom que o Sr. Presidente não encolhesse os ombros, e olhasse bem para esta situação.

Temos aqui uma acta de uma Reunião da Câmara, que é a instalação de parcómetros, a proposta é relativa à colocação de parcómetros na Rua José Estevão, foi dado conhecimento, de que, ao contrário do que se pensava, esta questão não constava de nenhuma acta da Comissão de Trânsito, no entanto, enquadra-se no âmbito do estudo do Gabinete da Tecnep; Sr. Presidente, que saibamos, este estudo nunca passou por esta Assembleia, ou será que agora o carro anda à frente dos bois? e já agora pergunto: - a Junta de Freguesia não deve ser ouvida? e também pergunto - parcómetros para quê? para beneficiar quem? dois ou três comerciantes? e os moradores? incoerências para quê? os Srs. falam em Centros Comerciais abertos, ao ar livre, no entanto continua-se a oferecer os espaços aos automobilistas.

Temos aqui um artigo num Jornal de Aveiro, "Correio do Vouga", de um Sr. muito respeitado por nós, e por toda a gente, que faz parte da Comissão de Toponímicas, isto é, pelo que se saiba, dar o nome nas Barrocas, à Avenida da Força Aérea, creio eu, ora, sabemos que a Comissão de Toponímica não é a favor, sabemos que a população, os moradores, os comerciantes, não estão a favor, a Junta de

Freguesia não foi ouvida, já lhe quiseram dar um nome, no entanto Sr. Presidente da Câmara, posso dizer-lhe que já tem nome, e o nome é, "Avenida de Sã-Barrocas", e se fôr preciso a Junta de Freguesia põe lá a colocação do nome. Isto é o nome onde os comerciantes nas suas facturas e nos seus envelopes, já têm esta designação, os moradores já deram esta designação, os habitantes e nascidos naquela zona, acham que deve ser Sá-Barrocas.

Sr. Presidente, esperamos que haja mais respeito nestas coisas, porque eu não digo como disse aqui o meu grande amigo, Dr. Vitor Mangerão, a referir-se uma vez aqui aos Canais da Ria, em que dizia que era preciso uma manifestação à paulada, eu não digo à paulada, mas que se calhar tem que haver uma manifestação à vassourada, aí se calhar tem que ser..."

Vogal Filipe Brandão:

" Sr. Presidente, permito-me tomar outra atitude senão reclamar o uso da mesma, para protestar contra a deselegância com que se referiu esse membro, usando termos, tais como "carreiras", "comissários políticos", etc., tudo isso não pode merecer mais do que o nosso veemente repúdio, por um tipo de ataque pessoal que roça a boçalidade e que julgávamos erradicado da nossa vivência politico-partidária. Acresce que a referência a uma eventual conjura entre o PS e o PP, para prejudicar as boas gentes de Aveiro, é próprio de alguém que se encontra em estado de delírio, é óbvio que revela o desnorte em que alguns sectores do PSD caíram assim que perderam as eleições legislativas e, só mesmo o facto de hoje o PSD não deter o Governo Civil e outras instituições é que pode justificar este tipo de ataque inqualificável e que eu espero que se não repita, e que de facto há que reconhecê-lo, não tem sido até o timbre das intervenções deste membro da Assembleia, e que eu espero que regresse ao seu modo habitual de intervir, que não este, reconheçâmo-lo, que espero tenha sido apenas excepcional."

Vogal Raul Martins

" Em primeiro lugar era para exprimir a todos os membros desta Assembleia, os votos da época, tradicionais da época, Natal e de Ano Novo; em segundo lugar, era para me congratular porque um membro desta Assembleia foi pai, o Sr. Diogo Machado foi pai, e eu queria desejar à sua filha, sinceramente, e do fundo do coração, as maiores felicidades. Temos tido as nossas picardias, é bom que as mantenhamos, tanto mais para demonstrar a um orador que aqui perorou anteriormente, de que não existe efectivamente nenhum conluio, entre o PS e o CDS, e que, com o seu tipo de discurso ainda acaba por arranjar lugar no Diário de Notícias, que sismou pôr um correspondente à porta da cada Câmara do CDS para ver o tal

dinheiro que o PS mandava do tal acordo para viabilizar na especialidade o Orçamento.

Mas, Sr. Presidente, o que eu gostaria de trazer aqui, e é com muita alegria que o faço, é a visão e quanto me alegrou estar num evento cultural que se realizou num destes fins de semana, nesta nossa cidade de Aveiro. De facto, foi um evento cultural que eu considero importantíssimo, altamente participado, em que se sentia Aveiro, em que se sentia que Aveiro tem futuro. Podem-me acusar de parolice, mas de facto eu gostei muito daquele evento cultural. É óbvio que me estou a referir a mais um dos aniversários da Escola de Música da Quinta do Picado, embora saiba que no mesmo dia andaram por aí a fazer não sei o quê, a espalhar esferovite ou sal da Tunísia, ou não sei quantas mais, tenho muita pena que efectivamente a Sr^a. Vereadora da Cultura não estivesse presente e apoiasse uma Escola de Música que conta com cerca de oitenta por cento de jovens, que muitos deles, se ali não estivessem a aprender música, estariam certamente por maus caminhos, e queria aqui, eu que costumo ter uma língua afiada, gostaria de dar aqui os meus parabéns ao Sr. Vereador, Vítor Silva, que esteve presente nesse evento, e já sei que sentindo a necessidade como é sentida, de apoiar iniciativas daquele tipo, em vez de andarem para aí a estragar sal da Tunísia, intercedeu e conseguiu, penso tanto quanto sei, desde já, um subsídio que creio ser, setecentos e cinquenta contos, para a referida instituição. Bem haja, Vítor Silva por estar presente num evento que obviamente é ofuscado por todos estes movimentos progressistas de "avant-gard", bem haja, por estar no seu sítio, no seu local, na sua freguesia, a apoiar efectivamente aquilo que no meu entender merece ser apoiado.

Quanto à polémica que existe sobre a Rua Sá-Barrocas, sem querer ser juiz em causa alheia e porque como toda a gente sabe o meu pai também é da Força Aérea, e portanto, sinto de alguma forma que a intenção de algumas pessoas será de homenagear uma força militar que foi muito importante nesta cidade, e neste concelho, penso que o nome de Sá-Barrocas, era a Avenida projectada a Sá-Barrocas, não a Avenida Sá-Barrocas. Eu propunha aqui à Assembleia, que de alguma forma apoiasse naquilo que pudesse, a tal Comissão de Toponímia, para que àquela Rua fosse dado o nome de uma das pessoas que muito honra o nosso País, porque fala Português, e que foi recentemente distinguido com o Prémio Nobel da Paz - porque não chamar àquela Rua, "Rua D. Ximenes Belo?", por exemplo, eu acho que seria uma maneira, já que a cidade o não fez de outra maneira, de homenagear um homem que demonstrou perante todo o mundo que não tem medo de morrer, só se morre uma vez, e que muito tem feito pela causa da libertação do povo de Timor, e, dada a época que efectivamente


atravessamos, e depois de ouvir o discurso do nosso querido amigo e Presidente da Junta de Oliveirinha, eu gostaria, como bom amigo que sou dele, e nesta quadra Natalícia que é importante, de lhe ler um pequeno poema com a permissão do Sr. Presidente da Mesa, dizia assim:

"Um poderoso monarca chama um santo Padre que todos diziam ter poderes curativos, para o ajudar nas suas dores de coluna: "Deus vos ajudará", disse o homem santo, mas antes vamos entender a razão destas dores. A confissão faz o homem enfrentar os seus problemas e liberta-o de muitas coisas, e o Sacerdote começou a perguntar tudo sobre a vida do Rei, desde a maneira como tratava o seu próximo até às angústias e aflições do seu reinado. O Rei aborrecido por ter de pensar em problemas, virou-se para o homem santo: "Não quero falar sobre esses assuntos, por favor, por favor traga-me alguém que me cure, sem fazer perguntas", o padre saiu e voltou meia hora depois, com outro homem: "Eis de quem o Sr. precisa", disse ele, "o meu amigo é Veterinário, não costuma conversar com os seus pacientes".

Vogal Armando Vieira:

"Queria aproveitar para responder à Dr^a. Virgínia Veiga, que quando refere uma estranha coligação, essa sim aveirense, pode legítimamente depreender-se das suas palavras que o Governador Civil não é de Aveiro, é isso Sr^a. Dr^a.? não é de Aveiro o Sr. Governador Civil? não é também aveirense?

E quanto à grosseria de que o Sr. Dr. Filipe Brandão me rotolou, e ele que me conhece bem sabe que não sou isso, e devolvo-lhe as palavras, Dr. Filipe Brandão dizendo-lhe: aquilo que o Sr. chama "grosseria", eu chamo frontalidade, capacidade para dizer a verdade à frente seja de quem fôr, porque aquilo que eu disse em voz alta, dizem V.Ex^{as}. nos cafés, em surdina, à minha pessoa; aquilo que os Srs, chamam boçalidade, sobre o Sr. Governador Civil, dizem V.Ex^{as}. nos cafés, em surdina, sobre o mesmo Governador Civil, é só isto que lhes quero dizer."

Presidente da Mesa:

"Desculpem, não podemos arrastar este assunto, estamos a comprometer os interesses inclusivamente do nosso Município, resvalando para assuntos de carácter de política nacional, portanto desculpem mas nós não podemos arrastar este assunto. As pessoas já assumiram as suas posições, disseram aquilo que entenderam, foram feitos os comentários que foram achados os mais convenientes, portanto cada um fica com o juízo que entende sobre este assunto, e desculpem, mas na realidade estamos a prejudicar os trabalhos da Assembleia Municipal de Aveiro com assuntos que, embora o Sr. Armando Vieira considere que sejam de interesse para o Município, e eu não digo que não, porque todos os assuntos de política nacional são de interesse mais ou menos

directa ou indirectamente para o Município de Aveiro, mas de qualquer maneira nós temos assuntos mais específicos que nos são próprios e que na realidade não podemos comprometer resvalando para uma discussão de carácter nacional.

Virgínia da Silva Veiga:

"Direito de resposta, Sr. Presidente"

Presidente da Mesa:

" Eu estava a procurar demovê-la dessa intenção, mas dou-lhe a palavra".

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Desculpe, eu faço chamar a atenção do seguinte a esta Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Oliveirinha, fez aqui ofensas à honra e consideração que, passe o termo que é dispendido na defesa delas, merecem no mínimo uma resposta, eu passei por cima de uma afirmação que ele tinha feito, ele não se cansa, e, pela parte que me toca, faço questão que esta Assembleia saiba, não vá acreditar nele por um segundo que seja, pelos tais interesses a que o Sr. Presidente da Mesa se refere, que nunca na minha vida pus em causa, nem a dignidade, nem a pessoa do nosso Governador Civil que me merece o maior respeito, como aliás julgo eu, a todos os restantes que aqui estão, quanto mais não seja, pelo cargo que ocupa, mas mais que isso, é que nós como Deputados Municipais temos obrigação de ter a noção de quem ocupa os cargos e em que termos nos devemos dirigir a essas pessoas, e, não tem o direito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, de dizer aqui, insinuando, que há pessoas que, como se qualquer um de nós aqui da bancada do Partido Socialista, se tivesse referido ao Sr. Governador Civil em maneiras menos próprias nos corredores ou nos cafés, nunca o fiz...! duvido que alguma pessoa desta bancada o tenha feito...! e é inadmissível este tipo de comportamento. - Vá fazer campanha partidária do PSD para a sede ou para outro sítio!"

Vogal Diogo Machado:

"Sr. Presidente, também muito rapidamente, em primeiro lugar, para reiterar de alguma forma, os votos que já aqui foram feitos de que o Natal tenha sido bom para todos e que o ano comece da melhor forma também para todos. Em segundo lugar para agradecer as palavras do Dr. Raul Martins, realmente também do coração. Em terceiro lugar, Sr. Presidente, permitia-me a um ou dois disparates próprios de um acólito, que é mais ou menos o seguinte, e eu prescindo até de enfatizar, de focar os assuntos que eu gostaria de falar de interesse do Município, em nome de um assunto que eu gostava de ver esclarecido e que tanto está a afligir a bancada do PS, eu prescindo do restante do meu tempo para que eles possam e devam como devem

defender a sua honra que eu gostaria de defender a minha, se estivesse na mesma situação.

Então muito rapidamente, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que parece que neste final do ano, um companheiro nosso de Assembleia que sempre pautou as suas intervenções, por uma defesa intransigente e aguerrida, quase de faca nos dentes, da sua Junta de Freguesia e das gentes que lá moram, parece que está a perder qualidades, se calhar duas eleições seguidas fazem-lhe mal, e aquilo que eu digo nesta Assembleia e, frontalmente, e cara a cara, porque ninguém me diz na minha cara, que eu digo disparates num sítio para onde fui eleito se calhar para os dizer, digo-lhe frontalmente e na cara, que a Oliveirinha está a perder um óptimo Presidente de Junta e o PSD ganhou um péssimo Presidente de Concelhia, e aproveito também para lhe dizer, que dou as felicidades aos Vereadores do PSD na Câmara de Aveiro, que sim senhor, têm feito um bom trabalho, e mais, salvaram-o de o ter a si na Vereação desta Câmara."

Vogal Custódio Ramos:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tinha pedido a palavra inicialmente, e face a algumas intervenções nomeadamente da minha bancada, quase que seria desnecessário, mas talvez seja bom acrescentar mais uma pitadazinha de sal a estas questões que foram aqui abordadas. A primeira pitada de sal, era relativamente à exposição que a Sr^a. Vereadora da Cultura, nos presenteou, é que efectivamente se era esfervite, era uma boa imitação, se era sal mesmo, talvez a Sr^a. Vereadora tenha descurado o ambiente e a sua sorte é, as árvores terem beneficiado de tanta chuva que escaparam a esse ataque terrível do sal na sua raiz.

Quanto à intervenção do Sr. Armando Vieira, eu confesso que queria fazer apenas um comentário, sou um ouvinte assíduo de um programa local de uma Rádio, salvo erro, sobre a rubrica, "SEM PAPAS NA LÍNGUA", e relativamente aos comentários que o Sr. Armando Vieira formulou, quanto às votações na Assembleia da República, em torno de propostas do seu partido, que terão prejudicado, a área da cultura, algumas Associações do distrito, eu julgava que estava a ouvir o Sr. Salavessa, porque o Sr. Salavessa fez um relatório muito mais bem feito num desses programas "SEM PAPAS NA LÍNGUA", e eu que o ouvi e tomei a devida nota, e o Sr. Salavessa fez esse elenco de matérias que por proposta do PCP na Assembleia da República, foram chumbadas depois na especialidade, pelo PS, ou seja, não foram aceites, e o Sr. Salavessa em nome do PCP, obviamente, defendendo a sua dama, fez todo o elenco nesse dito programa "SEM PAPAS NA LÍNGUA", e eu agora ao ouvir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, membro desta Assembleia

Municipal e Presidente da Comissão Política do PSD, do concelho de Aveiro, é preciso que se afirme isto, mostrou de facto ser um Presidente desbocado, isto é, sem papas na língua, talvez de ouvir muito o Sr. Salavessa na Rádio Local, em relação a esse programa.

Sr. Armando Vieira, em relação ao Sr. Governador, só diria que ele merece o respeito de todos nós, é um homem muito digno.

Queria só fazer este comentário, Sr. Vieira, era saber se porventura o Sr. falou em nome pessoal ou se falou em nome da sua bancada nos ataques que fez à pessoa do Sr. Governador, e não ataques propriamente a este ou aquele acto administrativo cometido pelo Sr. Governador; isso é que é um ponto para mim, é sacramental esclarecer em sede desta Assembleia, tudo o mais, palavras leva-as o vento, são palavras, são palavras, Sr. Vieira, e nada mais."

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, caros colegas, antes de mais Boas Festas e devo confessar que já tive que me beliscar para ter a certeza que estava na Assembleia Municipal de Aveiro, que eu conheço há três anos, tão estranho é o debate que estamos a ter aqui hoje, e o tom do debate. Eu gostava de focar rapidamente três assuntos, enfim, se calhar um pouco à margem do que tem sido debatido hoje, mas mesmo assim acho que gostaria de os colocar, eles estão relacionados, o primeiro tem a ver com a Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização, esta Comissão de Acompanhamento já foi criada à cerca de um ano, e de facto não tem funcionado, houve apenas uma única reunião, houve uma reunião informal há mais de um ano, e, apesar dos apelos que aqui têm sido feitos ao Sr. Presidente da Câmara, eu fiz um apelo em Junho, suponho que o Sr. Salavessa voltou a este tema recentemente, não temos nenhum trabalho a apresentar. Ora bem, eu acho que era fundamental que esta Comissão de Acompanhamento funcionasse, e por várias razões, primeiro, porque ela era uma tentativa de levar à prática um princípio que eu acho que vem a ser adquirido por todos nós, de que quem quiser governar sózinho fragiliza Aveiro, e é preciso cooperar. Esta, era uma das intenções desta Comissão de Acompanhamento que deveria discutir orientações estratégicas do futuro da cidade. Quem tem o poder neste momento de gerir os destinos de Aveiro, tem a obrigação moral, é uma exigência empenhar-se para que esta Comissão de Acompanhamento funcione bem. Se as pessoas reconhecem validade a este princípio, então têm que se empenhar a pô-lo em prática, e não temos visto do Executivo Municipal qualquer empenho em levar à prática esta Comissão de Acompanhamento, mais, as pessoas desta Assembleia estarão recordadas da discussão que houve à volta da criação desta Comissão, e de que houve algumas

bancadas que se recusaram a participar, ou pelo menos não concordaram em participar, isto são razões acrescidas, estas dúvidas, estas desconfianças, são razões acrescidas para que se façam os possíveis para que a Comissão funcione bem. Se de facto se acredita que é preciso instalar uma prática de cooperação em questões de ordem estratégica em Aveiro, sem que os partidos percam a sua personalidade, se de facto se acredita nisto, e se há desconfianças, a única saída é empenhar-se para que funcionem bem. O PSD assumiu e a meu ver bem, a responsabilidade e não lamentou um minuto dos esforços que fez para que funcionasse bem, mas infelizmente estamos convencidos que há pessoas que ainda se não aperceberam do carácter nuclear que é esta ideia, que é este conceito para o futuro de Aveiro, vamos mal se não o reconhecemos, vamos mal se não fazemos os esforços para o levar à prática.

Depois desta questão sobre a cooperação, que eu acho que tem que ser fomentada, gostava de trazer um segundo tema, que de alguma forma é complementar e tem a ver com aquilo que eu chamo, uma agenda política municipal; o exemplo que eu vou buscar parece-me paradigmático também das mudanças que se têm que assumir se se quiser olhar de forma diferente para o futuro de Aveiro.

Falava agora num outro tema que é paralelo, que é complementar e que tem a ver com o que eu chamei a constituição de uma agenda política-municipal. Isto vem a propósito do PROT, eu não pude estar presente na reunião em que ele foi apresentado, por razões profissionais, mas também não vem para o caso, o que eu pude ler pela Comunicação Social foi que havia por parte das instituições locais e por parte de várias pessoas nele envolvidas, que havia um descontentamento em relação ao seu conteúdo, às propostas e que vão para além das questões de ordem técnica; o que é que eu acho que se devia ter feito? eu acho que a Câmara Municipal devia ter trazido a esta Assembleia e foi aqui várias vezes perguntado o que é que estava a acontecer, as grandes questões que estavam em discussão no PROT, não é a mesma coisa enviar para casa um documento e de alguma forma estimular ou quase pré-determinar um comportamento isolado e em paralelo, a questão não é essa, a questão é dar visibilidade aos temas que são essenciais e congregar esforços, congregar interesses à volta desses temas. Tem que se perceber que em Aveiro há muitos agentes institucionais e não só, e que esses agentes são interdependentes uns dos outros, e a questão é transformar estas interdependências em formas de colaboração, é esta a alquímia, quando nós conseguimos transformar interdependências que por vezes têm conflitos, em formas de colaboração, nós temos um Aveiro muito mais forte, mas para isso tem que se chamar a atenção das grandes questões, tem que se criar uma agenda política-municipal à volta da qual as pessoas discutam, as pessoas exponham as suas

perspectivas, e haja depois um processo de convergência tendo em conta os diferentes interesses, sem se fazer isto, não se consegue dar a volta a um constante espartilho de conflitos e que levam a actuações isoladas, paralelas porventura, mas que são isoladas e mais fracas, e portanto, a Câmara Municipal tem o dever de trazer para este palco ou outro as grandes questões e fomentar a discussão à volta delas, porque é daí que vai nascer depois a congregação de esforços à volta de uma orientação de desenvolvimento ou de um projecto para Aveiro. Se eu casasse estas duas situações, de maior cooperação nas orientações de ordem estratégica, e casasse a questão de uma agenda política-municipal, eu gostava de transformar isto numa Moção, confesso que já a gostaria de ter trazido há mais tempo, mas a oportunidade gorou-se, eu gostaria de chamar-lhe qualquer coisa como, "Um Repensar Aveiro na Estrutura do Poder da Sociedade Portuguesa".

Eu acho que se tem vindo a assistir na sociedade portuguesa a um conjunto de debates e a uma assunção de posições, que de facto tem subjacente, (eu julgo que é importante reconhecer isto) dinâmicas de alteração na distribuição do poder na sociedade portuguesa. A discussão sobre a regionalização é também um exemplo disto, há dinâmicas de redistribuição de poder na sociedade portuguesa e, estas dinâmicas são incontornáveis, quer haja regionalização ou não; o padrão de partilha de poder a curto prazo na sociedade portuguesa, vai ser diferente daquele que havia há uns anos atrás, e Aveiro tem que saber posicionar-se neste novo padrão de distribuição de poderes, pode ganhar, pode perder.

Depois eu gostava de dizer que a comunidade aveirense tem obviamente um grande paradoxo à sua frente, já aqui foi repetido várias vezes, é rica em individualidades que se afirmam a nível nacional e não só, a nível individual nós somos muito ricos, e o paradoxo é que a nível comunitário, a nível da comunidade aveirense, o nosso poder é desproporcionado, quer queiramos, quer não, esta é a realidade com que nós nos debatemos e que temos de ser francos, isto é um problema que temos que abordar. Agora gostava de dizer também que o poder de uma comunidade não resulta apenas daquele que lhe é dado por terceiros, o poder de uma comunidade resulta também da sua capacidade de se organizar e de identificar quais são as questões nucleares em torno das quais se tem que unir, portanto, o poder de uma comunidade não resulta apenas de terceiros, e, é por isso que eu acho que perante a perspectiva da reconfiguração do mosaico do poder na sociedade portuguesa e perante o paradoxo que eu há pouco referi, era importante que Aveiro explorasse os processos de mudança, os trilhos que é preciso fazer descobrir, para alterar esta situação. Eu achava que esta Assembleia Municipal podia contribuir, podia aliar-se à

Câmara Municipal e contribuir para criar uma agenda de política-municipal, criar um fórum, tentar contribuir para que haja um fórum ou um debate sobre Aveiro na estrutura do poder da sociedade portuguesa, eu acho que é uma questão chave e acho que devia sair daqui uma Comissão que mobilizasse, não por si só, mas mobilizasse um outro conjunto de individualidades ou de instituições, e que estudasse as melhores formas de debater este problema, que eu acho central para o futuro de Aveiro, para que não continue numa escalada estrutural de perda de afirmação nacional."

Vogal Vitor Mangerão:

"Eu queria dizer de qualquer forma, precisamente no sentido de atenuar qualquer resquício que possa ficar, porque, inclusivé hoje tivémos aqui visitas de cidadãos anónimos, de muncípes, que podem ter circunstancialmente apanhado uma fase menos agradável dos trabalhos desta Assembleia.

Em primeiro lugar, nós não podemos negar que isto é um órgão político e como tal assumir a responsabilidade disso, a responsabilidade e a linguagem também, sem querer criticar os estilos de cada um, eu devo dizer que é óbvio que uma autarquia tem uma ligação visceral ao Poder Central, um Governador Civil é para todos os efeitos, bons e maus, simpáticos ou antipáticos, o representante do Governo Central, é o actual Governador, como era o anterior, como eram todos os anteriores, e possivelmente os que vierem a seguir, se por acaso os estilos continuarem.

Em segundo lugar, eu penso nas palavras do meu companheiro, Armando Vieira, com uma certa exaltação, talvez com uma linguagem mais à Oliveirinha, ou mais à ele, não interessa, não houve qualquer sentido gravoso em termos pessoais de honra e difamação de Sua Excelência, o Governador Civil, enquanto tal, ou enquanto pessoa, pelo contrário.

Terceiro ponto, muito rapidamente, que no entanto o Município de Aveiro tem queixas a apresentar em relação ao Governo, cujo é representado a nível local pelo Sr. Governador Civil actual, ou outro qualquer que fosse, como já o teve em relação ao Governador Civil anterior, em relação ao anterior Governo, não há dúvida nenhuma, porque na introdução assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, Celso Santos, "Aveiro, três de Dezembro de noventa e seis", diz-se: "que aqui também os critérios da distribuição do FEF e das autarquias não foram revistos, agravando-se em cada passo à sua posição, da Câmara de Aveiro a ser prejudicada na tabela das verbas atribuídas aos municípios", portanto, neste contexto é natural que através do Governador Civil se queira criticar a actuação do Governo.

Primeiro ponto, e arrumemos quanto ao Governador Civil, com esta intervenção minha pessoal a dizer o seguinte: - eu, estou contra a posição do meu

companheiro Armando Vieira, em relação ao Sr. Governador Civil, do Partido Socialista, por uma razão, é que eu prefiro de longe que nem se dê por ele, e realmente quase que nem se dá por ele, isso é outra coisa, ele se calhar preferia que ele fosse mais actuante, eu não, prefiro que não se dê por ele.

Segundo ponto, é que realmente contra conjuras PS e PP, realmente também estou contra ele, não há nenhuma conjura PS/PP, foi tudo feito às claras, os jornais todos noticiaram o acordo que antecipou a votação do Orçamento, realmente o acordo entre o PS e o PP, não foi uma conjura, foi feito às claras. É evidente que se tivesse sido uma conjura, tinha-se virado contra um dos conjurados, que foi o PP; logo a seguir o Presidente do Partido Popular, como toda a gente sabe, ficou extremamente aborrecido ao saber dos aumentos das gasolinas, e achou que aquilo tinha sido uma fuga ao acordo feito, mas isto não é uma conjura, não concordo com ele, não é uma conjura não senhor, foi apenas um acordo.

Finalmente, e em termos Natalícios eu quero dizer assim, a maior parte das pessoas já se foram embora, e afinal de contas porque é que tínhamos cá hoje espectacores inusitados, ainda bem e é com isto que eu fecho e é a melhor maneira de fechar, é com um apelo que eu dirijo a todos os elementos das bancadas, pondo acima de todas as quezílias, todas as divergências, todas as chatices, o interesse municipal, é isto, estas pessoas nem iam saber que estavam aqui equivocadas quanto ao seu poder de intervenção, quanto ao seu timing de intervenção, e isso também apela ao nosso sentido pedagógico, os munícipes, os cidadãos não estão suficientemente informados, exactamente se calhar por culpa de todos nós, dos direitos que lhes assistem e da forma como esses direitos podem ser efectivados, as pessoas vinham aqui a pensar que era só chegar cá e apresentar o protesto que lhes ia na alma, e qual era esse protesto que afinal de contas não puderam apresentar e que eu me sinto veículo neste momento, era protestar contra o escândalo "ipsis verbis", o escândalo aterrorizador da intervenção da JAPA, nos seus bolsos. Eu tenho aqui apenas dois casos, que me foram relatados e está prometido que virá um dossier inteiro para aqui, para esta Assembleia, para todos nós irmamente nos debruçarmos sobre o assunto, no período antes da ordem do dia da próxima vez. Há um caso em que se pagava 15 900\$00 em noventa e três e este ano chupa lá oitocentos contos, quatro mil por cento de aumento; há o caso de um restaurante em que pagava trinta e dois contos e apanhou agora dois mil e duzentos contos de aumento. Este problema é um problema puramente político importantíssimo, não está no nosso âmbito na nossa capacidade, mudar as coisas, mas é este o fórum para que os cidadãos indefesos, desprotegidos, ao menos façam ouvir a sua voz, e é esta Assembleia toda em conjunto, que certamente vai agarrar neste problema e no

período de antes da ordem do dia, porque é o próximo período disponível que nós temos de trabalhos, eu desde já digo que vou pedir esse período de antes da ordem do dia, extraordinário, na próxima sessão de continuação dos trabalhos, para agarrarmos neste assunto em conjunto e ao menos manifestarmos a nossa posição, solidariamente com os munícipes que o vieram aqui trazer."

Vogal Raul Martins:

"Era para secundar a parte final do discurso do Dr. Vitor Mangerão, e para dizer que efectivamente eu não sei realmente se os cidadãos estão perfeitamente elucidados dos seus direitos nesta Assembleia, isto é, não sei por exemplo, se o Regimento foi profusamente distribuído de forma a que todos os cidadãos, ou foi publicado nos meios locais de informação, ou foi distribuído pelas Juntas de Freguesia, de forma a que os cidadãos estejam perfeitamente elucidados sobre, que têm poder de intervenção, mas que esse poder de intervenção, se tem de realizar no princípio do "período de antes da ordem do dia", e dado o período que atravessamos, que é um período de boa vontade, que é um período que deve ser de paz entre as pessoas, eu iria apelar para o Sr. Presidente, que sei que é um escrupuloso cumpridor do Regulamento, nomeadamente do prescrito no seu artigo sexagésimo, mas eu ia apelar que, por uma vez e a título excepcional e penso que mereço aqui o apoio da maioria dos meus colegas aqui sentados, se desse pelo menos por um período muito pequeno, por um período muito curto, que não vai estragar os trabalhos, porque serão cinco minutos, que se desse oportunidade dessas pessoas intervirem, efectivamente há um erro, há uma falha Regimental, mas as pessoas que aqui se deslocaram e que não tinham perfeito conhecimento do Regimento, que tenham pelo menos durante cinco minutos, a hipótese de expôr os seus problemas. Gostaria, Sr. Presidente, que no seu mais alto sentido de justiça, embora atendendo àquilo que vem escrito no Regulamento, a título excepcional, se concedesse desta vez a palavra ao público, não no princípio do período de "antes da ordem do dia", mas no fim do período de "antes da ordem do dia".

Presidente da Mesa:

"Sr. Dr. Raul Martins, peço desculpa mas não vou transgredir mínimamente em relação ao que está Regimentado, isto não é uma questão de ser demasiadamente protocolar, porque até nem sou, sou demasiadamente liberal, já tenho sido acusado exactamente de ser demasiadamente liberal, e permitir de facto uma abertura demasiadamente grande na participação dos trabalhos. Agora o que é certo é que há um Regimento que está aprovado pela Assembleia, se ele não foi mais difundido, pelo menos ele foi discutido aqui, e este ponto foi um ponto que até foi discutido aqui numa sessão e em que a Comunicação Social tomou conhecimento e

divulgou, portanto não podemos fazer mais, o que é certo é que está Regimentado, e esta Assembleia, na minha perspectiva, e não posso abdicar desta posição, não tem competência para alterar o que está de facto decidido em Regimento. Portanto, este assunto também não é assim uma situação tão grave como isso, também não eram dez minutos, porque é uma situação que começa por ser pouco tempo e depois vai-se alargando, e acaba por ser muito complexa, portanto ia perturbar extraordinariamente os trabalhos e não podemos de forma nenhuma abdicar dessa posição. Agora, o que também é certo, é que o conhecimento da situação que trouxe aqui os munícipes, já é neste momento do conhecimento da Assembleia e portanto haverá outros mecanismos de apresentar o assunto."

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara:

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para referir que algumas das questões que aqui se levantaram não foram em sua opinião tão más, antes pelo contrário permitiram que se falasse à vontade, que se discutissem assuntos, que se pusessem questões com o público a assistir; assim, disse julgar que a intervenção dos Srs. Deputados foi válida, pese embora as opiniões diferentes manifestadas. Considerou vantajoso que isso tenha acontecido e que a sua opinião é de concordância com muitas das propostas e sugestões que aqui foram feitas.

Prosseguindo, referiu-se à problemática relacionada com a degradação dos pavimentos da cidade e manifestou o empenhamento da Câmara Municipal na recuperação desses pavimentos o mais rapidamente possível.

No que respeita à polémica levantada em torno do postal de Boas-Festas, considerou que talvez tenha havido alguma ligeireza nesta questão, no entanto aquilo que a Câmara pretendeu foi apenas manifestar a importância de uma obra que ao fim e ao cabo resulta dos esforços desenvolvidos por esta Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, em prol de toda a comunidade aveirense e do concelho, encontrando-se assim uma solução para o terreno do Cojo e criando-se as condições para que alguém adquirisse o terreno e viesse ali a implantar aquele complexo arquitectónico, daí ter-se colocado a maquete da obra nos ditos postais de boas festas.

Relativamente à questão do trânsito, disse que o estudo da TECNEP sobre estacionamento e ordenamento do trânsito não está ainda em condições de vir a esta Assembleia.

Quanto à atribuição de um nome à Avenida Sá-Barrocas, disse que essa matéria foi já deliberada pela Câmara Municipal, no entanto essa poderá ser discutível, acrescentando que a Comissão de Cultura entrou em contacto com a

Câmara, a Câmara está a estudar o assunto, mas para já a deliberação está tomada, trata-se de uma competência da Câmara, se calhar estará mal, mas enfim tomou-a, todavia salientou qu a Câmara não faz finca pé nisso.

No que se refere ao subsídido dado pela Câmara Municipal à Escola de Música da Quinta do Picado, disse que isso vem na linha daquilo que acontece todos os anos em termos de subsídios e em termos de apoios.

Relativamente ao PROT, (Plano Regional de Ordenamento do Território) disse que este Plano há-de vir à apreciação deste órgão e que a Câmara fez mais uma vez uma reunião pública, depois do inquérito público relativamente ao PROT; houve uma reunião pública em que estiveram presentes alguns Srs. Deputados, tendo a Câmara apresentado um trabalho que se julgou ser o mais conveniente para Aveiro, aguardando-se agora que o mesmo seja aceite e estamos à espera que ele seja aceite, no caso de ser aceite ou não aceite então trálo-emos aqui à Assembleia para falrmos sobre o PROT.

Vogal António Salavesa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados,

É preciso não separar as posições agora tomadas pelo PSD em relação ao Orçamento de Estado, em relação à sua atitude repetida ao longo dos anos anteriores, isto é, sempre enquanto foi poder, o PSD votou contra todas as propostas de alteração ao PIDAC, viessem elas de onde viessem, é bom que não se esqueçam as coisas, e que ainda no ano passado o PSD se absteve nas propostas relativas à alteração ao PIDAC.

Segunda questão, em relação aos parcómetros, Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera Cruz, não se admire pelo alargamento da área dos parcómetros não vir a esta Assembleia, porque esta Assembleia com a minha oposição ou com a oposição do PCP, mas com o acordo da força política a que V. Ex^a. pertence, aprovou o Regulamento que tirou à Assembleia Municipal esse poder e que deu esse poder à Câmara, portanto, não façam o mau e a caramunha.

Terceira questão, em relação à Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade, que me desculpe o Sr. Dr. Rosa Pires, mas vou anunciar previamente um acto que eu tinha previsto para o dia três de Janeiro; dia três de Janeiro é o dia em que se prefaz um ano da deliberação desta Assembleia da criação da Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade, e eu vou celebrar esse aniversário com a entrega da carta de demissão dessa Comissão de Acompanhamento, porque uma Comissão de Acompanhamento que teve a sua tomada de posse no dia trinta de Janeiro, e que só fez uma reunião a vinte e três de Maio, não

pode ser, não é uma Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade, eu penso que não se trata aqui só da responsabilidade da Câmara, trata-se da responsabilidade da Mesa, trata-se da responsabilidade do CDS/PP, que após a saída da pessoa que foi encarregue de ser o coordenador dessa Comissão, nunca mais tomaram efectivamente medidas, para a substituição; já não vale a pena, acabou, para o que diz respeito ao PC, acabou a Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização da Cidade, formalizarei essa comunicação no dia de aniversário, no dia três.

Quanto à questão do Cojo, ou à questão do postal da questão do Cojo, Sr. Presidente, todos, mas menos um, faça essa justiça, menos um, menos o representante do PCP, que desde a primeira hora que diz que as soluções que defendemos para ali seriam outras, não tem a ver com a entrega daquele espaço a interesses privados, e que devia ser um projecto da Câmara para aquele local e não aquele, por isso não nos meta nesse saco de concordância ou de concórdia em relação ao projecto do Cojo, não estamos nele."

Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, esclareceu o Vogal Salavessa, de que este órgão não foi solicitado para que a Comissão de Acompanhamento, fosse convocada ou reunisse para qualquer efeito, pois caso o tivesse sido, ter-se-iam desenvolvido as medidas necessárias para que isso acontecesse.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, já agora gostava de informar o Sr. Salavessa que se esqueceu de uma coisa, realmente o problema dos parçómetros foi aprovado por esta Assembleia, eu lembro-me bem, porque era na altura um habitual ouvinte do que se passava nesta Assembleia, mas também quero dizer que foi no mandato anterior. Agora também lhe quero dizer que já agora devia ter dito, e nos parçómetros e nos cartões, que ninguém pode ser isento, sem ser aprovado por esta Assembleia. E já agora, o Sr. Presidente da Câmara falou nas deliberações, na Tecnep, e é um facto que nos disse e nós sabemos que ainda não foi aprovado o plano da Tecnep, mas entretanto as deliberações são tomadas e aprovadas. E outra coisa que eu gostava de perguntar era se o Sr. Presidente da Câmara acha correcto, nós tivemos conhecimento por terceiros em que foi posta uma placa em Sá-Barrocas também, na Rua Rangel Quadros, e não é correcto que o Presidente da Junta de Freguesia, ou a Junta de Freguesia, tenha conhecimento de novas ruas e de novos nomes, por terceiros, e já agora gostava que me respondesse muito honestamente, se continua a achar que os Presidentes de Junta ou a Junta de Freguesia, não devem ser ouvidas neste caso ?"

Vogal Rosa Pires:



"Acho que é grave o que se está a passar, repare-se no Plano de Urbanização, tem que ter orientações estratégicas porque o PDM não as contém, este é um ponto de partida que convém não esquecer, e tem que ter orientações estratégicas para o futuro da cidade e para a relação da cidade com todo o município e não só, e, quando nós descredibilizamos práticas de cooperação que é imperioso instituir, como está a acontecer e que eu considero imprescindíveis, faltar o rumo de desvalorização estrutural de Aveiro, quando nós descredibilizamos isto, estamos a perder oportunidades, a criar precedentes gravíssimos e que nos levam a interrogar com toda a clareza sobre qual é o futuro de Aveiro, quando é que os aveirenses percebem que têm de cooperar fortemente para se posicionarem de forma diferente na estrutura do poder da sociedade portuguesa, é muito grave o que se está a passar, não sei se isto vai servir de abanão, porque já não há muitos abanões a dar, mas que sirva de abanão, que sirva para alguma coisa este eventual falhanço que é muito grave.

Em relação ao PROT, Sr. Presidente, antes de se chegar à decisão final na CCRC, estimule a discussão, arranje maneira de haver mais gente a estar ao seu lado, convergindo, fazendo deles os seus argumentos, e isto implica utilizar de forma inovadora instrumentos tradicionais, nós temos que encontrar formas inovadoras de utilizar instrumentos, como seja a Assembleia Municipal, podem ser muito importantes, há uma margem de criatividade que esta Câmara tem o dever, sobretudo no contexto em que vivemos, tem o dever de tentar e tem o dever de mobilizar, o mínimo que se pode fazer é pedir que então o comentário que a Câmara elaborou em relação ao PROT seja divulgado nas pessoas e que gere formas de consensualização, de consertação de acções, era só isso que eu queria dizer."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, duas palavras relativamente a dois temas, primeiro os parâmetros; é um facto aquilo que o Sr. Salavessa disse que da minha bancada na época, houve votações a favor da situação, isto é, o Regulamento originariamente só previa competência para a Câmara no âmbito da Av. Lourenço Peixinho, e por uma alteração ao Regulamento subsequente que alguns membros desta bancada aprovaram, a Câmara passou a ter através desse Regulamento, uma competência alargada a toda a cidade; mas há que dizer uma coisa, é que quer haja Regulamento quer não haja, na verdade também a Câmara nesta matéria tem poder regulamentar legal, conferido por lei, nesta matéria está dividida por dois órgãos, Câmara e Assembleia, ou seja, não é pelo facto desse Regulamento existir que a Câmara passa a ter poder regulamentar nesta matéria, mas já agora, também se forem ver a acta da Assembleia Municipal da época, a Câmara da época assumiu um compromisso solene de resolver o problema dos

moradores, e digo mais, foi uma proposta do Professor Celso Gomes, que na altura liderava esta bancada, está em acta, mas a Câmara de Aveiro por sistema nunca lê nenhuma acta da Assembleia Municipal, está-se nas tintas para a Assembleia Municipal, e não é só a actual Câmara na composição que hoje impera, é, todas as Câmaras anteriores desde 76, o Sr. Presidente da Câmara é muito delicado, toma as suas notas hoje, mas é só até a gente virar as costas, porque depois deita o papel fora e nunca mais se lembra do que aqui se passou, e esfrega as mãos ao descer as escadas e diz assim: "desta já me livre", e não é só o actual Presidente, o anterior ainda era pior.

Agora era conveniente de facto esse regulamento, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vereador do trânsito, Tenente Coronel Albuquerque Pinto, o Sr. que é um activista militante nesta matéria, lamento que não tenha apresentado um novo Regulamento que contemple tudo isso, e convém que se diga desde já, que essas isenções, esses cartões, que a Câmara anda a passar, a dispensar o pagamento de taxas, incluindo o dos Vereadores, tomem nota daquilo que eu digo, isso é que é ilegal, ninguém pode ser isento de pagar uma taxa de pôr o carro no parquímetro, ninguém, a não ser que de facto o Regulamento não exista, mas ele existe e está em vigor, e tanto está em vigor que o Presidente da Câmara foi obrigado quando houve o novo Código da Estrada, foi obrigado quase a suspendê-lo, a remetê-lo para quem de direito, aguardar resposta e só depois o implementar, foi ou não foi Sr. Prof. Celso? então se foi, está em vigor, e ninguém pode ser isento de pagar taxa, a não ser que se altere o Regulamento, e eu desafio-os a alterar o Regulamento, a apresentar aqui uma nova proposta onde incluam regras para concessão, e eu estou de acordo que de dêem, mas têm de lá estar previstas em sede do Regulamento, aos Vereadores e a outros membros dos órgãos autárquicos, nomeadamente freguesias, Presidentes de Junta de Freguesia; para aqueles que estão em executivos, para os deliberativos já a questão será mais discutível. É necessário rever esse Regulamento, mas os Srs., são avessos a Regulamentos, é que eles passam por aqui, de facto são tão peneirados que vocês assustam-se e não trazem cá Regulamento nenhum.

Sobre a Comissão de Acompanhamento do P.U., que o Sr. Prof. Rosa Pires aqui lembrou e eu queria dizer o seguinte: Sr. Prof. Rosa Pires, eu recordo que alguém da minha bancada discordou de mim em momento próprio, quando eu disse: "Sr. Prof. eu subscrevo inteiramente a sua teoria académica, mas politicamente o Sr. está a ser ingénuo, e eu sou seu amigo e respeito-o muito" lembra-se? reconheça que foi ingénuo, o Sr. acreditou... ingénuo nessa perspectiva humana só, intelectualmente todos lhe reconhecemos o mérito, não há ingenuidades, politicamente também não é,

mas humanamente foi, o Sr. Salavessa também foi, e agora vai concordar com o PS em dizer, também não faço parte. Meus Srs. é que eu acredito na cooperação mas é na prática, e a tradição aqui por este órgão autárquico, é não haver cooperação, é nós, e nós, e nós, é que mandamos, e os outros ouvem; e se falam como eu agora estou aqui a falar, "são uns chatos", é o que dizem às vezes de mim, do Dr. Vitor e de outros, o nosso mandato já está a abeirar-se do fim e alguns de nós terão oportunidade de fazer algumas crónicas, não para as rádios, que nem todos temos vagar para isso, eu tenho inveja a quem vai para lá fazer essas crónicas e eu de facto gostava também de fazer as minhas e, lamento sinceramente que não haja esse forum, eu subscrevo tudo o que o Sr. Prof. disse nesse âmbito, era o ideal que outros actores económicos, políticos, que não só os partidos, outros actores culturais interviessem, que não fosse só o poder económico nesse sentido amplo, que vem implementar mais hipermercados, mais superfícies, que vêm de facto explorar o gás, explorar tudo até ao tutano nesta terra que é rica, onde corre, não sei se corre o mel, como dizia a Bíblia, mas corre riqueza, porque ela aqui se faz, mas efectivamente havia que criar os tais palcos e havia que criar portanto o forum, para que desse oportunidade a esses actores de criarem o poder político moderno, que, sem pôr em causa o institucional ou aquilo que é constitucional, isso não está em causa obviamente por ninguém, desse a Aveiro aquela voz e aquela importância que todos nós gostaríamos e que lhe reconhecemos, mas que de facto, se os actores principais que são os Executivos, eles que passam os cheques, eles que têm o poder, se eles não animam, como é que nós havemos de animar? nós que somos apenas convocados de quando em vez, para vir a esta Assembleia e enfim, fazer disto um mero muro de lamentações."

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª. PARTE

Pelas 22,30 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, em substituição do titular do cargo e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Élio Manuel Delgado da Maia, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge

Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Artur Lopes Lobo, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Artur da Rosa Pires, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, João Gabriel Ferreira Santos, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Virgínia Celeste da Silva Veiga e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos entrou-se no ponto nº 1 da agenda de trabalhos:

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SNR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma faz apenas parte integrante do original desta acta.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para fazer a apresentação da Comunicação escrita supra, e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade municipal no decurso do trimestre, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, quando se fala da adjudicação dos arranjos exteriores ao Centro de Saúde de Aveiro, eu gostava de lhe colocar uma questão que me foi suscitada por alguns camaradas meus, que tem a ver com a situação e a localização do Centro de Saúde; dizem-me que o facto do Centro de Saúde estar localizado naquilo que era uma linha de água importante ou uma nascente importante que leva a que esteja permanentemente em funcionamento uma bomba de água para tirar água que entra para dentro do edifício, e que à volta do Centro de Saúde, da construção há uma

vala que está permanentemente cheia de água; o que é que está previsto para minorar, quando o empreiteiro se fôr embora leva ou não leva a moto-bomba com ele, pelo menos quer saber se isto é conhecido, se esta situação é conhecida e está a ter a resposta adequada.

Quanto aos Planos de Ordenamento do Território, diz-se aqui que "o Plano de Pormenor da Quinta do Cruzeiro, das Glicínias, da Quinta do Simão Sul, se encontram em inquérito público" a Comunicação é do dia vinte de Dezembro, e tanto quanto sei no dia dezassete de Dezembro, pelo menos o das Glicínias não estava ainda em inquérito público, portanto quero saber se isto aconteceu neste espaço de três dias que medeiam entre o dia dezassete e o dia vinte, ou se é algum engano.

Em terceiro lugar, nesta primeira página fala-se das negociações com a Secretaria de Estado da Defesa Nacional relativamente às instalações do Quartel do Parque; pergunto para que é que se destinam ou para que é que se está a pensar estas instalações? porque se me respondem que é para a instalação dos Serviços Municipais que estão dispersos por muito lado, eu tenho o direito de duvidar, já que a Fábrica da Pinheira foi comprada com esse objectivo e já está prevista agora a sua venda como urbanização, foi justificado o desinteresse em instalar serviços na Pinheira porque se estava em negociação com o BIA, hoje já não é o BIA, hoje é o Quartel do Parque, portanto, Sr. Presidente, como é que estamos de facto em relação a todos estes argumentos?

Passando para a página três, eu queria que me fosse dada, Sr. Presidente, uma resposta clara a esta questão que eu coloco pela terceira vez, porque é que o Conselho Consultivo da Juventude não tem representantes das juventudes partidárias? o Sr. Presidente diz sempre que vai tomar nota e que vai comunicar, já disse uma vez, já disse duas vezes, se a resposta é, "não me interessam as juventudes partidárias no Conselho Consultivo de Juventude", digam-no, assumam, mas não enrolem... agora se é para ter, façam-no rapidamente, se é para não ter assumam essa responsabilidade. Na página sete, queria se fosse possível, que fosse transmitido à Assembleia a razão porque os projectos piloto do rendimento mínimo garantido foram para as freguesias de S. Jacinto e Eixo/Esgueira, porque não percebo muito bem qual foi o critério que levou a serem estas e não outras freguesias? está baseado nalgum estudo prévio ou foi por mero palpite? portanto qual foi o critério em relação a esta situação?

Não posso deixar de chamar a atenção pelo que isto tem de ridículo, aquilo que está relatado na página nove, que é a necessidade de "reformulação da zona envolvente ao BIA, com vista à anulação de toda a construção existente dentro da

zona de servidão militar", é pena que ao fazer-se um Plano de Pormenor, que não tenha sido tomado em conta as servidões existentes no terreno, nomeadamente as servidões militares, acho que é muito triste que se tenha que reformular um plano porque à partida não foi tida em conta uma questão que devia ser obviamente do conhecimento dos Serviços da Câmara.

Página dez, "Parque de Campismo de S. Jacinto", eu acho muito bem que a Câmara aposte na valorização do Parque de Campismo de S. Jacinto, e que tente fazer daquele espaço um local de melhor qualidade e onde as pessoas que escolhem o nosso concelho para passar algum tempo, que tenham essas condições; agora aquilo que não posso deixar de colocar, visto que essa questão surgiu em discussões da Câmara e transpareceu também para a opinião pública, é que, quanto à possível concessão do Parque depois do investimento, até direi que não me oporei, acho que um Parque de Campismo não é obrigatoriamente uma área que tenha de ser obrigatoriamente de administração municipal, não é uma área de serviço público que obrigue a que seja a Câmara a ocupar-se disso, mas atenção, já que a Câmara faz o investimento e que está já quanto a outra ideia completamente peregrina de pôr no mesmo pacote de concessão, ou mesmo pacote de exploração, a questão dos acessos a S. Jacinto e a questão do Parque de Campismo, queria manifestar nesta Assembleia o total desacordo que tenho que assumir neste particular, um serviço público que é necessário prestar à população de S. Jacinto e que deve ser melhorado, deve ser algo que o município tem que fazer bem, e nunca deve existir um pacote de concessão que meta no mesmo saco uma exploração turística e um serviço às populações. Passando à questão do saneamento e da salubridade, e há um relatório que foi presente sobre equipamento, pessoal e custos envolvidos no contrato com Mota & C^a, esta parte da Comunicação do Sr. Presidente, é quanto a mim perfeitamente misteriosa, é misteriosa porque eu sou incapaz de lhe ver o nexos, sou incapaz de lhe ver o objectivo e se o objectivo é esclarecer os membros desta Assembleia, pelo menos para mim não esclarece coisa alguma, antes pelo contrário, se há alguém capaz de fazer uma nova intervenção que explique o que é isto, para que é que são estes números, qual é o objectivo que se visa transmitir, agradecia que isso fosse feito porque são várias as áreas de sombra que na minha opinião estão nesta parte. A primeira área de sombra é porque se compara mil novecentos e noventa e quatro, com Outubro de mil novecentos e noventa e seis, mil novecentos e noventa e quatro, que eu saiba foi há dois anos e não é o início da concessão, o início da concessão é Fevereiro de mil novecentos e noventa e seis, portanto, porque é que se está a comparar dados de há dois anos atrás com dados de agora, a propósito de quê? Uma outra área de sombra e de mistério é no

quadro três, que está na página vinte, este "vinte e um, mais onze, menos A", o que é que é isto? o que é que se pretende explicar com esta questão? tal como esses números de custos, com que justificação e para quê?

Passando à página vinte e cinco, Mercado de Santiago, não sobre o Mercado de Santiago, mas sobre o que está subjacente; esta questão da requalificação do Mercado Manuel Firmino, aparece aqui portanto como requalificação, já não como encerramento, já não como transformação noutra coisa, portanto, aparentemente está a ser tida em conta a opinião desta Assembleia, nomeadamente a que foi expressa no Relatório do Plano Director Municipal, mas o que me suscita esta questão é o seguinte: Sr. Presidente, eu não consigo precisar, se foi em acta da Câmara ou se foi em notícia da Comunicação Social, um dos Srs. Vereadores disse que quem está a preparar esta qualificação é um forum, forum para o qual falta indicar os representantes da Assembleia Municipal, ora, tanto quanto sei nunca nesta Assembleia Municipal foi questionada a necessidade de indicar representantes para que forum fosse, de apreciação do Mercado Manuel Firmino, mas como a coisa era tão taxativa, não posso deixar de perguntar ao Sr. Presidente da Mesa se por acaso eu estava a dormir, alguma vez que esse assunto aqui tenha sido abordado ou que eu tenha faltado e depois não tenha tomado conhecimento dessa matéria."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Álvaro Patrício do Bem.

Presidente da Mesa:

"Em relação a esse ponto que o Sr. Salavessa acaba de apresentar, foi de facto recebido da parte da Câmara um pedido para que fosse indicado um elemento, para constituir uma Comissão para esse "fórum", somente isso foi dado conhecimento à Assembleia da recepção desse ofício, somente nós não podíamos dar seguimento à indicação de elementos para constituir uma Comissão através da leitura da correspondência, portanto seria necessário agendar esse ponto para depois a Assembleia decidir pela constituição dessa Comissão como é habitual, somente como o assunto era um assunto da Câmara e não da Assembleia, foi pedido ao Sr. Presidente da Câmara, para que, quando entendesse oportuno, apresentar, agendando na ordem de trabalhos que é proposta pela Câmara, para a Assembleia e é nesta situação que se encontra o assunto; posteriormente a isso já passou bastante tempo, não tivemos mais resposta, de maneira que foi feito posteriormente um ofício para oficializar esta posição; de qualquer maneira não haveria necessidade da minha parte de haver esta tomada de posição porque é evidente que a Câmara ao necessitar de qualquer elemento da Assembleia para constituir uma Comissão desse género, nunca o deveria fazer através de um ofício, mas sim através do agendamento na ordem de trabalhos de

qualquer sessão que assim entendesse, de maneira que, neste momento não tenho mais nada a acrescentar sobre o assunto e aguardamos que a Câmara de facto solicite um elemento pelas vias competentes."

Vogal Armando Vieira:

" Questionava o Sr. Presidente da Câmara, sobre algumas questões desta Comunicação, nomeadamente aquela que é para nós uma preocupação básica, e que se refere à Passagem Desnivelada de Quintãs; continuamos a ver nos Planos da Câmara, nas intenções da Câmara, no trabalho da Câmara, a construção de Passagens Desniveladas que não terão a importância em termos de tráfego, nem de longe nem de perto, que tem a Passagem de Nível de Quintãs e não se vê andar a obra. Gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse a Junta de Freguesia de Oliveirinha para podermos transmitir à população o que pensa sobre esta questão.

Quanto ao Eixo Estruturante, o Sr. Presidente, diz que tem um estudo prévio, houve em tempos uma abordagem com o Eng^o. Higinio, depois disso não fomos mais ouvidos e eu gostaria de saber se não deveríamos ser ouvidos e a Câmara ouvir a nossa opinião também quanto ao desenvolvimento desta obra, à sua implantação, às obras de arte, aos nós, etc., e já agora queria que me esclarecesse se esta obra na sua primeira fase vai ou não até à Estrada Nacional 230/1, que é a estrada como sabem, que liga a estrada 230 que vai para Águeda e a 335 que vai para a Bairrada, Palhaça, etc.. Aproveito para lembrar o Sr. Presidente e pedir-lhe a intervenção, que a Estrada Nacional 230/1 está em péssimas condições de circulação, é uma estrada de intenso tráfego, onde há empresas com circulação de camiões de grande tonelagem, como os Srs. sabem, intensa circulação de camiões de grande tonelagem e outro tipo de veículos, e aquela estrada está quase a atingir a ruptura, pedia-lhes por favor que oficiassem à Junta Autónoma de Estradas ou que a Câmara de Aveiro, aliás na senda daquilo que foi candidatado aos prejuízos das intempéries do Inverno passado, gostaria de saber, e esta obra foi incluída, se a Câmara de Aveiro obteve essa verba e se obteve para quando é que pensa aplicá-la na recuperação dessa estrada.

Igualmente como o Sr. Salavessa, estava preocupado e desejaria também saber quais os critérios que presidiram à escolha das freguesias para atribuição do rendimento mínimo, e já agora gostaria de saber porque é que as Juntas de Freguesia não foram ouvidas? será que nós não tínhamos uma opinião? eu não digo que a Freguesia da Oliveirinha tivesse que ser contemplada na primeira fase, mas gostaria de ter sido ouvido.

Habitação Social, Sr. Presidente, nós olhamos para os Planos e devo dizer-lhe que, a exemplo do Plano do ano que agora termina, era um Plano que tinha

algumas expectativas quanto à Junta de Oliveirinha, e devo dizer-lhe que correu relativamente bem, o contrato-programa, todas as outras obras correram mal, em termos de timing de execução e aquelas que nós consideramos principais, com exclusão da Sede da Junta que está em curso, todas as outras obras que nós consideramos principais não estão executadas nem em vias disso. A habitação social, uma necessidade básica também na Freguesia de Oliveirinha, e gostava de saber porque é que o pequeno núcleo de Quintans ainda não foi começado, este núcleo que andamos há vários anos a aguardar, eu fico preocupado porque nós temos cerca de noventa casos de necessidades

de habitação social, vamos ter este núcleo que já está projectado há vários anos com seis casas e Sr. Presidente, é preciso que esta freguesia seja dotada de mais núcleos de habitação social, porque seis casas é nitidamente insuficiente.

Quanto à Estrada Nacional 335, cuja empreitada está adjudicada, eu recebi há dias um ofício dos Serviços Municipalizados de Aveiro, dando-me nota, Sr. Presidente, gostaria que tivesse isso em conta, dando-me nota de que por duas vezes ou três oficiaram à Câmara, solicitando-lhes a aquisição de duas pequenas parcelas para construção de duas Estações Elevatórias que são necessárias naquela obra, e alertaram por isso, e até ver a Câmara, no entender dos Serviços, nada fez para aquisição dessas parcelas que podem pôr em causa o normal andamento desta obra que se deseja seja tão rápida quanto possível."

Vogal João da Peixinha:

"Queria falar sobre a passagem desnivelada da Cabreira, de certeza que tanto o Sr. Presidente como os Srs. Vereadores já passaram por aquele local; no meu entender e por aquilo que me apercebo, pois passo muitas vezes por aquele sítio, acho que aquela obra foi mal concebida, está numa cova, principalmente quem vem de S. Bernardo para Aradas, mal se apercebem da sinalização e quase não circundam a rotunda, e agora por estranho que me parece, está aqui assim, ajardinamento da mesma rotunda. Ora, não sei se já se aperceberam que os camions não conseguem dar a volta, os camions passam por cima da rotunda, como é que vão ajardinar uma coisa quando aquilo devia ser posto abaixo? eu não sei se já se aperceberam dessas coisas? mas realmente isto para quem lá passa, como eu costumo lá passar, acho que vir aqui assim num comunicado do Sr. Presidente - "ajardinamento" de uma coisa que acho que deve ser, que na minha maneira de ser, e passo lá às vezes um bocadinho até a ver como é que os carros conseguem, porque aquilo ficou numa cova, aquilo está realmente mal concebido e acho que a rotunda está grande demais, acho que está muito grande e se repararem nesse pormenor os camions que vêm de S. Bernardo que

querem realmente contornar conforme a sinalização, passam por cima da própria rotunda, já está um monte de areia, que eles começam a calcar aquilo, já está lá um monte com dois metros de terra em altura, porque os camions não conseguem dar a volta; eu acho que realmente isto devia ser rectificado."

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Diogo Machado.

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, muito rapidamente, página dez, "estacionamentos na cidade", acho que falta aí uma obra importante que foi feita que é o estacionamento de bicicletas aqui no Largo do Município, embora eu me sinta mal vir de bicicleta para Aveiro, porque aquilo tem lá uma placa que é só obviamente para utilização da Câmara Municipal de Aveiro, deve ser por causa do Sr. Presidente que nesta altura precisa de fazer ginástica, e bem, a menos que haja mais gente que se desloque de bicicleta para a Câmara, gostaria que aquilo fosse aberto ao público, já agora que está lá, a côr também é bonita, a côr fica bem.

Na página vinte e um, este mapa segundo eu compreendo, é uma actualização dos valores que a Câmara gastaria se fizesse a recolha própria de acordo com os valores de noventa e quatro actualizados pela inflacção e pela quantidade existente de lixos actualmente, portanto com o aumento existente, mais alguns serviços extra que neste momento realiza, comparados com aquilo que custa o serviço da MOTA & C^a, adicionados aos custos, subtraindo os custos que paga a funcionários da Câmara que transitaram para a SUMA, e dos que estão ao serviço da SUMA mas são pagos pela Câmara; o que significa que o valor actualizado, isto é se continuasse a Câmara a fazer a limpeza, a fazer este serviço, teria gasto qualquer coisa como, anualmente, duzentos e sessenta e três mil contos; neste caso gasta um pouco mais, duzentos e oitenta e cinco, mas contrariamente ao que muita gente pode dizer, pelo menos na minha zona, penso que a ideia não será total, o serviço melhorou alguma coisa; neste momento está a piorar outra vez bastante, não sei porquê, mas pelo menos numa primeira fase o serviço melhorou bastante, pena que agora esteja a piorar e há efectivamente mais contentores que foram colocados, embora sejam de dimensões mais reduzidas que os anteriores, penso eu, porque onde estavam três agora estão quatro, portanto penso que as dimensões são mais reduzidas, são diferentes os contentores. Agora há aqui uma coisa que eu não percebo, e as despesas de investimento, estão aqui? não estão aqui? estão aqui as amortizações? estão aqui as reparações, ou não estão? e estavam ou não na outra verba, que nós pretendemos comparar que é de mil novecentos e noventa e quatro? isto é, a mim o que me dá impressão é que estamos a comparar duas coisas diferentes, a menos que eu esteja enganado e se eu estiver

enganado, o Sr. Presidente faz o favor de me corrigir, porque para além disto, há os investimentos que foi necessário fazer; estes investimentos estavam na verba global segundo eu penso, que em mil novecentos e noventa e quatro, corrigidos os respectivos valores para mil novecentos e noventa e seis, com a taxa de inflacção, daria duzentos e vinte e oito mil contos, mas eram duzentos e vinte e oito mil contos no total, agora isto são duzentos e vinte e oito mil contos já com investimento? sem investimento? acho muita história para estas coisas. De qualquer maneira se conseguirem estes números, que me terão obviamente depois no fim do ano nas contas de serem efectivamente demonstrados, a menos que haja algumas coisas que eu não conheço no contrato, porque por exemplo o contrato também previa que a adjudicatária adquirisse o material rolante da Câmara Municipal por quarenta e tal mil contos, quarenta, ou cinquenta e tal mil contos à volta disso, isso acabou por ser feito?

Vereador Vitor Silva:

"Em parte foi feito".

Vogal Raul Martins:

"ah!, em parte, em parte foi feito, portanto por aí parece que não há problemas de maior se efectivamente isto corresponde à verdade.

O problema da página vinte e cinco, da "Requalificação do Mercado Manuel Firmino", requalificação significa como o próprio nome indica, uma nova qualificação, isto é, quando se fala aqui de requalificação, está-se a pensar na manutenção do Mercado Manuel Firmino tal como é na sua função original, isto é como Mercado? ou não? é isso que eu gostaria de pensar, porque requalificação dá nitidamente a sensação de que é pegar no Mercado, melhorá-lo, transformá-lo, e fazer dele um Mercado melhor qualificado que o Mercado anterior. Além disso é preciso que também aqui, para além de se encomendar o projecto, se auscultem as sensibilidades da população, vejam o que é que vai ser o Centro da Cidade no futuro, é preciso ter um bocado de atenção com aquele problema, porque não é tão simples de gerir, penso eu, como aparentemente se pode julgar, pelo menos pelo que eu tenho ouvido dos comerciantes que como sabem pelas necessidades profissionais tenho que contactar muitos comerciantes que estão instalados naquela zona, e que não sei, eles pelo menos estão a contar, que pelo menos algumas instalações lá permaneçam, porque sentem que a sua transferência para o novo Mercado Municipal, que quando a menos de duzentos metros desse Mercado Municipal vai ser instalada uma grande superfície, absolutamente concorrente com o pequeno comércio, que certamente se há-de instalar nesse Mercado Municipal, poderá levantar alguns problemas, peço a maior atenção da

Câmara para este problema, porque pode ser um problema complicado e de difícil resolução.

Na página vinte e oito, fala-se na "Aquisição para a Avenida Central de diversos prédios", tanto quanto eu me lembro só veio a esta Assembleia Municipal a aquisição de um prédio durante este período, foi o tal prédio adquirido por oitenta mil contos, a menos que haja por aí mais algum também adquirido que não tenha passado por aqui. Já agora gostava de saber quanto é que está a custar aquela Avenida Central, para ver se não é a via interna mais cara da Europa.

Na página trinta, vem a construção do Mercado de Santiago e fala aí que se prevê a sua conclusão para Março de noventa e sete; não fiquei a perceber pelo português, o que é que se prevê concluir para Março de noventa e sete, se é as coberturas? se é o alvoroamento das alvenarias? se é a conclusão do Mercado? e gostaria que me fosse dito, porque se é para o Mercado estar completo em Março de noventa e sete, enfim, ou já não percebo nada disto ou me parece que aquilo nem em Março de noventa e oito está completo, mas enfim, os ciclos eleitorais trazem destas partidas que às vezes a gente não consegue explicar e destes "forcings" de última hora, porque aqui está "nesta fase encontram-se executadas as coberturas e encontra-se em fase de conclusão o alvoroamento das alvenarias, prevendo-se a sua conclusão para Março de noventa e sete. Construção do Mercado de Santiago"; o que é que se vai concluir em Março de noventa e sete? são as coberturas? o alvoroamento das alvenarias? ou é o Mercado? quer dizer, é preciso que nós nos entendamos definitivamente aqui.

Agora havia uma outra coisa que eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente e gostaria que, com a sinceridade que penso que o caracteriza, que me dissesse aqui: houve há dias um incidente na Ponte de Pau, um incidente penso que por má construção, enfim, por má estabilização dos terrenos envolventes, abriu-se lá um buraco; acontece que a Comunicação Social fez um grande eco desse acontecimento, dizendo mais ou menos o seguinte: "olhem vejam lá, uma obra onde se gastaram quatrocentos mil contos, e já está a abrir buracos". Ora tanto quanto eu me lembro aqui das reuniões anteriores da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente informou-nos que a Ponte de Pau foi adjudicada ao consórcio que a adjudicou ao adjudicatário por duzentos e noventa mil contos, e quando eu interroguei aqui nesta mesma sala quanto é que iam ser os extras, isso há-de estar em acta aí nas Assembleias Municipais anteriores, o Sr. Presidente da Câmara disse-me: "não esteja preocupado que isso são mais vinte ou trinta mil contos, portanto isso vai aos trezentos e vinte mil contos", porque isso há-de estar registado aí em acta, peço se for necessário chamar a acta

aqui à colação porque isso foi dito na altura; agora das duas uma, quando a Imprensa fala de quatrocentos mil contos, das duas uma, ou a Imprensa está a tentar dar um valor à obra que efectivamente ela não tem, porque efectivamente a obra não custou tanto, ou o Sr. Presidente se enganou, e efectivamente os extras não foram de vinte ou trinta mil contos, mas foram de mais de cem mil contos e mais de cem mil contos numa obra de trezentos mil ou duzentos e noventa mil contos, é de facto um erro complicado de explicar e um erro intrigante, tanto mais que todos nós que passamos por lá verificamos que, ainda a missa vai a metade, porque de facto quem vem do lado de lá para o lado de cá, sai de duas faixas e entra numa, há ali sempre uma grande confusão na entrada, quem vai para lá, aquilo alarga, ainda falta penso eu para a conclusão da obra, que se faça a célebre pista de ciclismo que tanto foi prometida e aqui falada, mas penso que deve estar agora em fase de adjudicação final, não sei, mas gostaria Sr. Presidente que relativamente a isso, esclarecesse definitivamente esta Assembleia, se a obra custou duzentos e noventa, se custou trezentos e vinte, se custou quatrocentos, se sempre vão fazer a pista ciclística ou não? e também não percebo porque é que é naquele largo lá à frente, porque é que existe lá uma casa ou uma casota, não sei bem o que aquilo é, um palheiro lá no meio, que parece que não mas tira a visibilidade de quem circula naquilo e podem acontecer lá acidentes porque há falta de visibilidade lá no local, por causa daquela rotunda do lado de lá, é uma palhota, um palheiro, chamem-lhe o que quiserem; pode ser uma destas obras de arte modernas que agora aparecem pela cidade que eu não consigo compreender, mas eu como sou um parolão nisso... mas, Sr. Presidente, é bom que esclareça porque eu na altura e também penso que a grande culpa daquele buraco cabe efectivamente à bancada do PSD pela voz de um dos membros mais influentes da sua bancada, o Eng^o. Cruz Tavares; a bancada do PSD foi unânime em considerar que a ponte devia ser pintada, portanto aquilo caiu, faltava-lhe a tinta, a tinta agora é que ia segurar a ponte, se aquilo estivesse pintado obviamente nada daquilo acontecia."

Vogal Custódio Ramos:

"Dois assuntos muito ligeiros mas que penso que merecem ser mais uma vez anotados no bloco do Sr. Presidente da Câmara; por um lado era a pergunta seguinte: - a Assembleia Distrital existe, a Câmara de Aveiro faz parte e eu queria que a Câmara respondesse perante esta Assembleia qual tem sido a sua assiduidade no quórum da Assembleia Distrital? isto porque, muito embora não se dê grande relevo às deliberações desse órgão, mas a verdade é que enquanto ele existir, entendo que o devemos respeitar e devemos ter sobretudo em conta a situação dos funcionários que por mal dos seus pecados prestam ainda serviço nesse organismo em vias de extinção;

caso a Câmara entenda que, enfim por parte do município de Aveiro não temos culpa no cartório, eu faria um apelo para que a Câmara de Aveiro contribuísse no sentido de apelar a que outras Câmaras, a que outras pessoas, que mesmo em nome das Assembleias ou a nível de Juntas de Freguesia, no momento do início do mandato são tão ciosas em querer ser eleitas para aquele órgão e que porventura depois durante o mandato não põem lá os pés e efectivamente não estou a dar piada a ninguém em especial, estou a falar nos faltosos em geral, porque o que me preocupa não é o órgão em si, mas é a situação do funcionalismo que são trabalhadores, que merecem o nosso respeito.

"Águas pluviais" - é um tema que este Relatório aborda, a Câmara de Aveiro é acusada sistematicamente de aplicar coimas a qualquer munícipe que num caminho, numa aldeia, construa ou tente construir um pequeno muro sem licença, e está dentro da lei, só que é de lei também, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, que os tubos de queda das águas pluviais funcionem nas zonas urbanas, funcionem em todos os edifícios, e o Sr. Presidente certamente anda de carro sobretudo quando está a chover, os Srs. Vereadores também, e os que andam de bicicleta quando chove pousam a bicicleta no estacionamento privativo, não vêm que efectivamente não se pode andar em Aveiro, na Av. Dr. Lourenço Peixinho, em qualquer rua cujos prédios já têm cerca de vinte anos porque são quedas de água sistemáticas permanentes e a Câmara sobre isso, lamento que não seja mandado fiscalizar, não tenha notificado os proprietários a fazer uma obra cujos custos não são assim tão vultuosos, mas o respeito por todos os munícipes nomeadamente os peões, por aqueles que passam na labuta diária, chegam aos seus postos de trabalho todos molhados por culpa desses tubos de queda das águas pluviais; Sr. Presidente, era um pedido, era uma recomendação que eu faria para que efectivamente se fizesse um levantamento dessas situações e a todos os proprietários desses edifícios, a todos, convidá-los numa primeira fase a reparar, porque é o respeito por todos os munícipes que tal exige. E, a propósito, é a segunda vez que falo no dito edifício "Ana Vieira", que eu usei a expressão aqui e escandalizei muita gente e eu vou repetir, "mija sobre quem passa", sobre a própria bomba de gasolina, e que eu não sei quem é que licenciou, os Eng^{os}. fizeram a vistoria, não chovia certamente naquele dia, é uma coisa incrível, até porque o patamar de baixo apara todas as águas pluviais dos patamares de cima.

Queria por último perguntar se é verdade o que aqui diz o relatório, que o Museu Municipal de Aveiro, está tão parado há tanto tempo, se é por falta de dinheiro, se é porque a Câmara se arrependeu de lá instalar o Museu da República, ou se é por questões técnicas de fundação como aqui diz? é que eu já vejo aquilo tão

parado há tanto tempo que eu confesso que não acredito no que diz este Relatório; gostava que a Câmara de facto desse resposta a alguma destas questões.

Finalmente, isto não é piada nenhuma, mas eu fico escandalizado porque agora o nosso aeródromo municipal, meus Srs., até tem um Quadro de Pessoal, de que é Director o Sr. A, o Sr. B, o Sr. C; bem, se o Sr. Tenente Coronel é Director, não pode ser Vereador, porque é incompatível ser funcionário da Câmara e ser Director. Então se assim é, há uma imprecisão imperdoável, quando aqui se diz que o aeródromo tem um quadro de pessoal, não tem quadro de pessoal nenhum, quando muito, aqui também não diz que a Sr^a. Dr^a. fulana tal, faz parte do Quadro de Pessoal da Cultura, espero que não, quando acabar o mandato que se vá embora; não diz aqui que o Prof. Celso, também faz parte do Quadro de Pessoal da Câmara, mas ele tem responsabilidades, não sei porque é que aqui temos um Quadro de Pessoal do Aeródromo? que é Director o Sr. Tenente Coronel Albuquerque Pinto, é adjunto o Sr. Capitão Manuel Costa, é funcionário da Câmara também o Manuel Costa? e então há um outro auxiliar, talvez aquele que trabalha, que é funcionário, que é o João dos Santos, espero que não seja o Vereador.

Sr. Presidente neste Relatório não houve nenhum evento, nem outros factos, susceptíveis de terem aqui referência, agora que o aeródromo mereça um relatório sobre os vôos, eu confesso que o que me preocupa a mim são os vôos rasantes da Câmara de Aveiro, eu preferia que a Câmara de Aveiro fizesse vôos a muito maior altitude noutra matérias e não se preocupasse tanto com os vôos rasantes de S. Jacinto."

Vogal Nuno Tavares:

" Durante os três últimos anos por razões várias tive que ir ao Sul de França, mais concretamente a Aix-en-Provence, e mercê de circunstâncias várias também estabeleci conhecimento e relações de amizade com um colega do meu querido amigo Tenente Coronel Albuquerque Pinto, também Coronel Francês na reserva, que representa um grupo francês que é a "Aviasud", de fabricação de aviões ultra-ligeiros. Esse Sr. deslocou-se em Abril último a Portugal que conhece muitíssimo bem, deslocou-se a Aveiro e mercê do seu interesse e contando a disponibilidade do Sr. Presidente tiveram uma reunião de trabalho em que eu participei por mero acaso e só de facto para exclusivamente servir de algum modo de intérprete, uma reunião entre o Sr. Presidente da Câmara e este Sr. representante da Aviasud. A Aviasud propõe-se, creio que ainda se propõe, instalar em Aveiro, mais concretamente em S. Jacinto, uma empresa de produção de aeronaves ultra-ligeiras; essas aeronaves são aeronaves que são usadas, enfim, no mundo inteiro destinam-se a detecção de incêndios, a vigilância

de costa, enfim com um leque de aplicação muito variado, e, esta fábrica a instalar em Portugal destinar-se-ia a exportação, exportação para a Europa e presumo que também, para outras partes do mundo. Eles já tinham tentado, enfim, Coimbra, há um grande interesse da Tocha neste sentido, e por uma razão muito simples eles prefeririam Aveiro, e pela seguinte razão, é que seria possível num raio de cerca de vinte quilómetros encontrar fábricas onde se produzissem todos os componentes necessários, desde as molas, os pregos, etc., mais concretamente ali para a zona de Águeda segundo eu creio. A alternativa a Portugal, seria a Bulgária, onde eles encontrariam vantagem em matéria de salários, Portugal para eles constituiria uma vantagem comparativa muito grande no prestígio e na nossa mão de obra ainda em conta, digamos, no entendimento dos franceses; esta empresa teria inicialmente vinte postos de trabalho altamente qualificados, que seguiriam durante o primeiro ano de montagem da fábrica, para França, onde seriam preparados e qualificados para depois virem para Portugal e, fábrica essa que no prazo de mais um ano teria entre oitenta a cem postos de trabalho directos, fora os postos de trabalho indirectos, resultantes do fabrico de componentes necessários.

O Sr. Presidente da Câmara, foi de uma amabilidade extrema, a pessoa saiu daqui com a melhor das impressões, e assumiu-se nessa altura o compromisso de estudar o problema, analisá-lo, manifestou todo o empenho em que a instalação desta fábrica se concretizasse, posteriormente tive ocasião também de falar com o Coronel Albuquerque Pinto à cerca deste problema, sabia-se que haveria obstáculos, certamente obstáculos colocados pelas autoridades militares, mas a mim parecia-me como continua a parecer, que os militares já deixaram há vinte anos de mandar neste país, e não mandam, porque isto é uma decisão de ordem política, em que ou haverá interesse, empenho e possibilidade legal desta fábrica se instalar, ou não há. De qualquer modo foi expresso um compromisso da Câmara de dar alguma resposta aos interessados, eu quero perguntar se decorridos oito meses e meio o que é que concretamente foi feito? se o problema foi estudado a fundo, foi analisado? se concluiu pelo interesse efectivo na instalação desta fábrica e que resposta é que foi dada à pessoa ou ao grupo que tem interesse em aqui se instalar em Aveiro?"

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara,

Desejava fazer três ou quatro observações em relação à Comunicação do Sr. Presidente, começando por reiterar a minha antiga posição de que continuo a considerar indispensável que a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara a esta Assembleia, continue a ser fundamentalmente uma Comunicação oral que é apoiada

por um documento tal como a lei obriga, por um documento escrito. Neste caso particular esta observação não é impertinente na medida em que todos os Srs. Vogais da Assembleia sabem, que esta Comunicação escrita foi recebida apenas no dia vinte e três, e muitos de nós não temos a disponibilidade, que por exemplo patenteou exuberantemente o Sr. Salavessa, que de facto pôde estudar profundamente o documento e aqui fazer as observações que fez e que eu tenho inveja de não ter o tempo necessário para as poder fazer, pelo menos com o mesmo nível de profundidade e de atenção. De forma que, pelo menos a intervenção oral do Sr. Presidente, ajudaria a sublinhar aquilo que vem na Comunicação escrita e continuo a considerá-la absolutamente indispensável.

Os três outros pontos que queria referir-me, são os seguintes: vem em várias páginas e até noutras ocasiões, consagrados determinados termos para designar projectos relativos a determinadas áreas do território, que começam a ser consagrados como quase um valor toponímico que resultaram apenas de uma escolha técnica e que não tem nada a ver com as designações que as populações desde há muito tempo usam, que nasceram com uma sequência de verde, vermelho e amarelo ou amarelo intermitente conforme os casos, que é diferente do sistema que actualmente é usado. Isso põe uma discussão entre uma solução mais fluída contra uma solução mais segura. O sistema começou a funcionar na versão mais segura, ou seja todas as viragens à esquerda implicavam uma temporização em vermelho, em verde e em amarelo, ou seja, definia-se uma linha de trânsito com autonomia, depois a variante fluidez prevaleceu e foi modificar o sistema para aquele que actualmente está a funcionar; acontece que este actual sistema é frágil e quem por lá circulou na época de Natal, verificou aquilo que quem usa a variante todos os dias já verificou há muito tempo, que é a reacção seguinte, deixaram de utilizar, de evitar aqueles cruzamentos por causa das viragens à esquerda com amarelo intermitente que é extremamente inseguro e em situações de grande densidade, torna uma das faixas inoperantes, ou seja, quem está para virar à esquerda, só vira à esquerda por favor, e eu pedia ao Sr. Vereador do pelouro do trânsito que mandasse analisar este aspecto porque julgo que com a densificação do trânsito este problema veio ao de cima e suponho que já há muita gente a sofrer as consequências desta preferência digamos, pela fluidez em detrimento da segurança, chegou a altura de regressar-se à primeira fase que foi de facto como ela nasceu, que foi de regular, sem viragens à esquerda com sinais autónomos, verdes, encarnados e amarelos.

Uma outra observação cola-se à intervenção do Sr. Custódio Ramos, que falou nos tubos de queda que realmente estão desregulados, os que estão velhos, e

os novos não foram sequer regulados. Há paralelamente a este caso muitas situações, isto é concerteza da responsabilidade dos Serviços, que é o desaparecimento sistemático das tampas das caixas da regulação da rede de águas de distribuição de água, é talvez cinquenta por cento das tampas metálicas de ferro fundido que estão situadas no meio dos passeios na Avenida, quase metade diria, que não têm tampas. Não é uma questão estética, é uma questão de segurança, as pessoas, os peões que circulam nesses passeios, sobretudo as senhoras, podem realmente ter acidentes por causa disso e só beneficia de facto as clínicas de ortopedia.

Finalmente queria referir-me a outro assunto que não é um assunto de fundo, é um assunto que durante várias ocasiões a Câmara tem tropeçado nele talvez porque ainda ninguém tenha tido a oportunidade de alertar a Câmara para a natureza ou para a importância da questão das servidões militares. Neste Relatório, Sr. Presidente, aparece esse tropeço em pelo menos dois sítios que até já foram referidos, primeiro as negociações relativamente com a Secretaria de Estado da Defesa Nacional relativamente às instalações do Quartel do Parque, e depois um outro assunto que é a necessidade de refazer o Plano de Urbanização envolvente do BIA por causa da servidão militar. Eu suponho que a Câmara durante muitos anos teve a ilusão de que poderia ultrapassar com certa facilidade o problema da servidão militar, sempre que pude intervir nesse aspecto chamei a atenção que a questão das servidões militares são intransponíveis, para lá da questão da política deste ou daquele Governo, é uma questão da natureza do património militar, o problema das servidões militares são inegociáveis; mesmo que se assista a uma fase em que aparece o Ministro da Defesa a dizer que vamos negociar prédios militares, como foi o caso do saudoso Governo de Cavaco Silva, apareceu o Ministro da Defesa que quis negociar e ainda chegou a negociar alguns, por natureza esses actos são esporádicos e quase que morrem ao nascer. Acontece que qualquer pessoa que esteja num lugar como o Ministério da Defesa não pode orientar a sua política por exemplo como a descompressão militar, como é aquela que actualmente se atravessa, há uma descompressão militar, em Portugal pelo menos, mas sobrepondo-se a essa situação que é sempre passageira, há uma questão de estratégia e de reserva para situações de dificuldade inesperadas, que surgem inesperadamente, de maneira que por mais voltas que nós, eu agora digo nós, sociedade civil, falando como ex-membro de uma sociedade militar, por mais voltas que a sociedade civil dê, é quase intransponível modificar o património militar e muito menos as servidões, porque as servidões dizem respeito à segurança das instalações militares e como não é previsível que elas sejam desactivadas e a prova têm a Câmara, porque apesar de ter recebido algumas promessas, verificou-se que no fundo houve

apenas uma transferência de entidades militares para entidades para-militares que têm uma reversão possível de se fazer instantâneamente, a instituição militar ficou com todos os argumentos para instantâneamente e numa situação de emergência reocupar todas as suas instalações militares, o certo é que as passou para a Guarda Nacional Republicana; ora bom, o problema da servidão é aqui como em todas as outras cidades intransponível, é necessário que os Srs. urbanistas e os Srs. técnicos da Câmara interiorizem isto para sempre, não é possível ultrapassar ou negociar sequer, ou tentar negociar, as servidões disponíveis.

Julgo que era isto que tinha anotado, reiterava o meu pedido ao Sr. Presidente da Câmara para fazer o favor de não repetir a Comunicação, mas pelo menos fazer um resumo com os seus sublinhados pessoais, para ajudar as pessoas como eu, não temos muito tempo, para pelo menos podermos aqui dar a nossa opinião e não poder como eu fui obrigado a fazer, pedir ao Sr. Presidente da Assembleia que me autorizasse a usar aqui da palavra para agora que já sei mais ou menos o que diz a sua Comunicação ter a possibilidade de intervir no fim quando fizer as suas respostas."

Vogal Vitor Mangerão:

"Depois dos vários pontos afluídos, de vários intervenientes anteriores, resta-me apenas meia dúzia, se tanto, de aspectos que eu gostaria de ver elucidados. É evidente que essa Comunicação do Sr. Presidente, peca ou valoriza-se conforme a perspectiva, por estar precisamente em simultâneo com o Plano de Actividades, alguns pontos são coincidentes ou estão ligados e portanto podemos até ser repetitivos mas, o que fôr discutido agora eventualmente será economizado na discussão do Plano de Actividades.

Passando à casa de chá, eu gostaria de saber, página catorze, se o acompanhamento da reabilitação do edifício que é património municipal, sobre o qual nunca foi definida uma posição da Câmara, não digo deste Executivo concretamente, mas da Câmara, quanto à sua finalidade e ao seu melhor e mais adequado aproveitamento, vejo que realmente que a sua entrega para sede de futuras instalações da Orquestra Regional, é um facto consumado, gostaria de saber, se isto se faz dado que tem custos para o município, se isto se faz no âmbito de um acordo em que as verbas estão também previstas de subsídio ou de ajuda à Orquestra Regional das Beiras e em que termos é que isso está, que eu não tenho ideia de isso me ter sido clarificado na altura.

Passemos à frente e eu quero louvar a Câmara pelo discreto, subtil mas pelos vistos eficaz trabalho de formação profissional e de qualificação dos seus

elementos do quadro, mais modestos, porque vejo que aqui na página vinte, que já foi afluída para outros fins, onde se fala do pessoal da limpeza, aquilo que o Sr. Salavessa há bocado não percebia, do vinte e um mais onze menos A, o a) diz respeito precisamente a dois funcionários que deixaram de ser, graças a Deus, funcionários de limpeza, de andar por aí a apanhar lixo e passar a ser elementos da marinha da Câmara Municipal como aqui está dito, passam a ser elementos destinados a tripular o nosso cruzador "Santa Joana", depois de terem frequentado o curso específico da Escola de Pesca de Ílhavo.

Quanto à questão dos nossos navios municipais, iremos debater concerteza o assunto mais em profundidade no Plano de Actividades, portanto é só para relevar a Câmara por esta promoção, é pena que não haja mais marinheiros saídos da limpeza ou saídos se calhar dos excedentários dos serviços de computadores ou dos serviços jurídicos, esses serviços da Câmara que realmente têm gente a mais.

Parque Industrial, a Zona de Taboeira, onde na página vinte e seis, eu vejo que prevê-se a apresentação da versão final do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Taboeira, uma Zona Industrial que como toda a gente sabe já é herdada de antes do 25 de Abril, portanto vai agora finalmente ao fim deste tempo todo ver consagrado o seu Plano de Pormenor, até agora não precisou de Plano de Pormenor para funcionar, mas no entanto isso não significa que na página vinte e oito, ainda antes do Plano de Pormenor, e tendo em conta a sua tradição que estejam previstas aquisições para dar continuidade a) - Terrenos para a Zona Industrial de Taboeira; ora bem, quem visita a Zona Industrial de Taboeira, quem a visita há quinze anos, há dez anos, há cinco anos, o ano passado e este ano, chega à conclusão, esquecida que vai aquela megalomania que há tempos afluída o Executivo desta cidade, deste concelho, que queria fazer parquezinhos industriais em todas as freguesias, bom, já lá vai esse famoso debate que aqui tivemos, haviam de ser sete, haviam de ser onze, haviam de ser treze, a última versão já dava para treze na última campanha eleitoral, bem, fiquemos por Taboeira e Mamodeiro, que já não é mau, pondo Mamodeiro de lado, vamos para a Zona Industrial de Taboeira e, a Zona Industrial de Taboeira, quem lá fôr verifica que é uma zona que envergonha uma terra que pretende marcar em termos de progresso industrial, porque continua a ter um envolvimento em termos infraestruturais que não é digno de uma Zona Industrial digna desse nome, muito menos de uma zona industrial que já é Zona Industrial com esse nome há mais de quinze anos, aquilo não é infraestrutura de uma zona industrial digna daquele nome, basta comparar com outras terrinhas, não só de concelhos urbanos de primeira sem pretensões à zona rica do Litoral e outra peneirices que Aveiro tem, basta comparar

com outras zonas industriais que por aí encontramos. Mas, sobretudo o que me preocupa é que uma zona industrial definida como tal há tanto tempo que continue com espaços vazios por ocupar desde sempre, cuja situação eu não sei qual é em termos jurídicos, se cláusulas de reversão haverá ou não que nunca foram activadas, portanto ter-se-ia de fazer a história caso a caso, cada um daqueles lotes que nunca tiveram lá qualquer construção, além disso há uma data de espaços com construções de empresas falidas, algumas delas em decrepitude aberta, visível, e é em relação a este espaço de zona industrial que se prevê a aquisição de novos terrenos. Eu pergunto se isto significa realmente o prenúncio de uma nova expansão industrial para a zona, cujo segredo de investimento só a Câmara é que tem, ou se significa não sei o quê...? eu gostava de saber qual a filosofia da expansão em termos de território para a zona industrial de Mamodeiro dado que a sua situação é esta, eu penso que se compra mais quando o que está não chega, não me parece que seja o caso concreto da zona industrial de Mamodeiro.

Logo abaixo ficamos a saber que há aquisições para dar continuidade, a) terrenos destinados à implantação da ANJE, terrenos para desenvolvimento do estudo "loteamento envolvente à ANJE"; ora, a ANJE, que eu saiba, é uma sigla cuja leitura deverá ser assim feita: Associação Nacional de Jovens Empresários, uma vez que está aqui previsto terrenos destinados à implantação da ANJE, penso que significa que há um compromisso assumido pela Câmara Municipal de adquirir terrenos para serem destinados à construção da sede, enfim de instalações, dessa Associação Nacional de Jovens Empresários; eu gostava de saber se isto se faz e se está aqui inscrito no âmbito do protocolo ou contrato, enfim de qualquer coisa, de um programa comunitário, qualquer coisa do género, porque realmente os contornos desta aquisição não são sabidos, não sei se foi nalguma sessão a que eu tenha faltado ou tenha estado distraído.

Quanto a aquisições, que são sempre chatas porque significam saídas de dinheiro e não apenas quebras de receitas, está dito para já.

A questão da construção do quiosque e paragem da Lancha de S. Jacinto, a páginas trinta e dois, por dois mil e seiscentos contos, significa que os transportes marítimos para S. Jacinto, como forma municipal de prolongamento das comunicações dentro do concelho para aquela freguesia, é compromisso assumido pela Câmara, a Câmara não vai gastar dois mil e seiscentos contos para a paragem da lancha a menos que assuma as viagens da lancha e quando assume as viagens da lancha está a assumir o compromisso do transporte de passageiros dos habitantes de S. Jacinto, ou das pessoas que lá se queiram deslocar, ou seja, assume o compromisso da

comunicação por água com aquela freguesia ultramarina e é evidente, não vamos discutir isto em profundidade, é só dizer que isto para mim não chega, a não ser que a Câmara continua comprometida patrimonialmente de uma maneira muito séria naquilo que eu considero e que já vamos ver quando fôr da discussão do Plano de Actividades, um projecto desgarrado e sem uma decisão assumida de forma peremptória, a questão da TRANSRIA, a questão de S. Jacinto, continua neste momento, e perdõem-me se estou a pecar, mas é por falta de esclarecimento da Câmara, isto continua tão empandeirada como estava há dois anos, há três anos, há quatro anos, se calhar pior ainda, porque se esgotou ainda por cima as expectativas de solução razoável, que na altura se podia ter e neste momento não existem, é só para dizer que o caso não passa sem ser percebido e vamos concerteza discutir o assunto mais em profundidade daqui a bocado mais.

Finalmente, e para não estar a dispersar mais assuntos naquilo que é uma mera Comunicação trimestral, o problema do Mercado Manuel Firmino, eu julgo que há algo mais grave e mais substancial a acrescentar às opiniões já aqui exaradas sobre o assunto. Acontece que aquele Mercado em termos gráficos, físicos, é uma referência nuclear em toda a zona urbanizada envolvente, o próprio projecto do Cojo não pode ignorar a existência daquele núcleo ali, e a futura construção de edifícios essencialmente de natureza habitacional como parece que está prevista, embora ainda não esteja revelada, logo imediatamente a seguir à chamada Ponte de Pau que não tem nada de pau, como é evidente, obriga a pensar muito bem o que se queira fazer daquilo e, eu tenho o direito pessoalmente de pôr esta questão, não é um problema só dos comerciantes do Mercado, não pode ser, porque os comerciantes do Mercado têm legitimidade para ver, de colocar a perspectiva do futuro daquele Mercado, em função dos seus interesses comerciais; também não é um problema só da Sr^a. Vereadora da Cultura por hipótese, na sua perspectiva de dotar a cidade, o concelho de mais espaços de cultura, o problema da cultura depois era outro, espaço para cultura pode haver, é como haver pastagens e não haver ovelhas para lá pôr, isso é outra história, também não é um problema da Sr^a. Vereadora da Cultura, não pode ser, mas também não é um problema só de uns técnicos de trânsito que eventualmente repensem para aquela zona uma forma diferente de estacionar automóveis ou de fazer circular os automóveis como no mandato anterior se pensou, e parece-me que há unanimidade em que os riscos que lá estão feitos em pedra no chão é uma pura cacofonia face ao Código da Estrada e face ao bom senso do tráfego, julgo eu e não estou a criticar ninguém, são os comentários que eu vejo toda a gente, basta lá crer estacionar e tentar fazer interpretação dos traços em pedra que estão no chão; portanto isto é um problema que

tem de corresponder a uma filosofia assumida pela Câmara para toda aquela zona da cidade e não se pode esquecer que o novo Mercado de Santiago que inicialmente foi defendido nesta Assembleia, não concretamente neste mandato mas no anterior, como alternativo ao Mercado Manuel Firmino, não está incorrecto este pensamento, o novo Mercado de Santiago é um novo Mercado, mas não é alternativo ao Mercado Manuel Firmino, porque a cidade, a zona urbana toda, a população, não vai deslocar-se para o Mercado de Santiago pondo de lado o Mercado Manuel Firmino e em termos de qualidade de vida é de pôr a questão se uma cidade com a dimensão que Aveiro já tem, deve deslocar-se para o Mercado novo de Santiago e o Mercado Manuel Firmino ser transformado em mais uma pseudo-peça de espaço cultural, ou de diversão de não sei quê, etc., que depois mereça o esvaziamento, o esvaziamento que eu digo de outros projectos com boas intenções e ingénuas intenções que estão aí pela cidade, como por exemplo a Baixa de St^o. António, foi pena, em vez dos courts de ténis que lá fizeram naquela quantidade, terem feito doze, como na altura se chegou a defender, quando se pensava se calhar, que Aveiro ia ser a capital do Ténis Ibérico, havia de ser lindo doze courts de ténis...

O Mercado Manuel Firmino tem que ser pensado em função do que se quer para toda aquela zona da cidade, tendo em perspectiva inclusivé aquilo que já está projectado e que venha a nascer, inclusivé influenciando aquilo que eventualmente se venha a apresentar para aquela zona; atenção aos problemas acrescidos que não foram previstos, porque não estão lá as soluções e já não as vão conseguir lá meter. O novo Mercado de Santiago, quando começar a funcionar, eu quero ver como é que a Câmara vai resolver os problemas de estacionamento, de confusão de tráfego e de confusões de toda a espécie que ali vão nascer naquela zona, aquilo foi feito num "ghetto", e aquilo é uma estrutura de Mercado, inadaptada às necessidades daquela zona e às necessidades do público de Aveiro.

Face a isto, eu gostava que a Câmara assumisse, não através deste Relatório, mas enquanto é tempo, uma discussão em "fórum", não apenas com comerciantes, ou com curiosos ou com diletantes da arte ou da cultura, em relação ao Mercado Manuel Firmino, isto é uma questão para uma filosofia de urbanismo que tem a ver com o próprio projecto da cidade futura que se pretende".

Não se registando mais intervenções usou da palavra:

Sr. Presidente da Mesa:

"Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, e a propósito de uma intervenção do Sr. Custódio Ramos, que levantou o problema da assiduidade das entidades autárquicas à Assembleia Distrital, devo lembrar que a Assembleia Municipal

também participa nessas reuniões através de dois elementos, que são o Presidente da Mesa, e um representante das Juntas de Freguesia e, durante este mandato em que eu tenho desempenhado estas funções, fui convocado uma única vez para uma reunião da Assembleia Distrital, mesmo essa reunião não existiu porque à última da hora foi desmarcada, foi transferida para uma data a marcar oportunamente, que até este momento ainda não foi concretizada, portanto isto é só uma informação complementar em relação à intervenção do Sr. Custódio Ramos".

Presidente da Câmara:

"Referindo-se ao Centro de Saúde de Aveiro, informou que o mesmo se encontra em fase de acabamento e que se prevê a sua conclusão para Março de noventa e sete. Relativamente a algumas questões relacionadas com o solo e com águas no local da obra, disse que a bombagem de água resulta neste momento por força da obra em curso; é a construção da cave onde existem garagens, garagens da Câmara Municipal, garagens que naturalmente terão de ser até vendidas ou cedidas ao Centro de Saúde e há também uma percentagem delas, um grupo de garagens que serão afectas ao centro de Saúde, portanto a questão levantada está contemplada no arranjo urbanístico envolvente, será corrigida a vala, será feito o desvio e ficará solucionado o problema das águas.

Quanto aos Planos de Ordenamento do Território, os mesmos encontram-se já em exposição, bem como o Plano de Pormenor das Glicínias. Relativamente às instalações do Quartel do Parque e esta é uma resposta que abrange outras questões levantadas relativamente a instalações, que aqui também foram afluídas pelo Vogal Cruz Tavares, com muita clareza, definiu qual é o comportamento, qual é a posição que normalmente as entidades militares tomam em relação ao seu património, dando assim uma ajuda muito razoável para esclarecer convenientemente aquilo que se tem passado relativamente à Câmara Municipal e às entidades militares em termos de negociação, primeiro do BIA e neste momento o antigo Quartel do Parque. De facto as negociações são muito complicadas, são difíceis, há princípios, há orientações, há obrigações em termos das entidades militares que não facilitam as negociações. A questão do BIA é um exemplo disso, queria no entanto esclarecer e dizer que as conversas havidas sobre a hipótese de negociar o BIA, tiveram como "partenaires" três Ministros que mais ou menos concordaram com a alienação daquelas instalações e preferencialmente numa fase inicial da entrega à Câmara Municipal; o último Ministro e o actual Ministro também se prontificou a colaborar, não se comprometeu, porque quando ele entrou já havia algumas decisões sobre esta matéria, mas comprometeu-se comigo a ajudar a Câmara Municipal no

sentido de poder vir a utilizar aquelas instalações, todavia, esbarrou-se com várias dificuldades das entidades militares que naturalmente estará nos seus programas, nos seus projectos, poder reactivar, poder vir autorizar novamente aquela instalação, mas, desde o clube militar a outras utilizações que enfim, não convirá até enumerar e depois a Guarda Nacional Republicana, houve uma opção, não deste Ministro mas do anterior, o despacho já vinha até do anterior, de que não pretendendo alienar a propriedade fizeram uma cedência por cinco anos nos termos do Decreto-Lei, à GNR, porque assim continuaria nas mãos dos militares e em segundo lugar era urgente encontrar um espaço onde coubessem centenas de formandos para serem preparados para serem guardas militares. Foi uma opção que foi tomada e isso veio trazer as complicações relativamente ao Plano de Pormenor; quando o Plano de Pormenor foi feito, e o Sr. Eng^o. Cruz Tavares está dentro disso concerteza, previa-se a desactivação daquelas instalações em termos militares e portanto aquele Plano de Pormenor foi aprovado na Assembleia, entrou na área de servidão militar; neste momento uma vez que não foi cedido à Câmara e que continua no espírito dos militares poder vir a reactivar, pelo menos o desejo de manter aquelas instalações como património militar, a servidão militar dificulta aquele Plano de Pormenor, há que o reajustar, há que o alterar, e é por isso que fala nas alterações ao Plano de Pormenor; mas também queria dizer o seguinte: alguém já entrou e construiu na servidão militar do BIA, o novo Centro Infantil da Vera Cruz, metade dessa instalação está dentro da área de servidão militar e para isso houve autorização concerteza .

Relativamente ao Quartel do Parque, já que estamos a falar em instalações, como toda a gente sabe e fala-se muito e é ponto essencial a considerar no futuro, que é a reorganização dos Serviços Municipais, a actualização dos quadros, a criação do novo organigrama, uma nova postura, mas tem surgido sempre esta dificuldade e esse organigrama tem um grupo de Vereadores, uma equipa a trabalhar sobre ele para o apresentar à Câmara e trazer a esta Assembleia, mas tem havido também da parte deles alguma displicência, porque eles dizem assim: como é que nós vamos implantar o organigrama que temos em mente e que está aqui exposto se não temos instalações para colocar os funcionários, portanto, é grave a situação, o funcionamento dos serviços municipais; a luta que se tem vindo a fazer relativamente ao BIA e neste momento relativamente ao Quartel é exactamente para encontrar solução para o problema gravíssimo que a Câmara atravessa por falta de instalações, e assim estamos na negociação. Abandonada a ideia do Quartel do BIA passámos para o Quartel do Parque, e nas conversas havidas com o actual Secretário de Estado, tem havido um compromisso aceite no último contacto que tive com ele, estando a Câmara



neste momento a preparar a sua proposta para aquisição das instalações. Definitivamente o Ministério da Defesa, através do Sr. Secretário de Estado actual, disponibiliza-se a negociar o Quartel do Parque para instalações futuras da Câmara Municipal, isso levou a que a Câmara visitasse aquelas instalações e aqui vem um outro pormenor e eu falo isso só por graça não é por crítica, porque eu sei que é assim, para entrarmos naquele Quartel do Parque as dificuldades atingem este ponto: teve que vir um Capitão do Porto com uma chave para abrir a parte daquele Quartel que tem estado na dependência do INDESP, veio um militar da Base de S. Jacinto para abrir a manutenção, porque eram eles que geriam aquela área, e ainda veio o representante oficial da GNR para abrir a outra parte que estava afecta à GNR. Solicitámos neste momento aos serviços técnicos da Câmara uma avaliação daquelas instalações, solicitámos à Direcção Geral do Património do Estado uma avaliação daquelas instalações e aguardamos que rapidamente nos seja dito quanto é que valem para negociar com a Secretaria de Estado da Defesa Nacional. Penso que o processo está bem encaminhado, depois a Assembleia dirá, porque os custos daquelas instalações terão que ser apreciados por este órgão, mas eu penso estar neste momento com alguma segurança daquilo que estou a dizer, dada a afirmação e a posição tomada do Sr. Secretário de Estado nos contactos que tenho tido com ele e ainda com o serviço que dele depende. Vamos apresentar a proposta, vamos ver quanto custa, vamos naturalmente dialogar e apreciar bem toda esta transacção, julgo que seria muito importante para a Câmara obter aquele edifício, há várias propostas a fazer, uma delas era a entrega gratuita à Câmara Municipal daquelas instalações, antes que caíam, elas foram propriedade da Câmara, foi a Câmara que construiu aquele edifício, foi um asilo escola, quanto é que Estado deu à Câmara quando tomou conta daquelas instalações? se calhar nada... estamos a apreciar isso, pode haver uma cedência tal e qual como fizeram com o BIA, relativamente à Guarda Republicana, porque não? fazer uma cedência desse género à Câmara Municipal, e pode haver a compra definitiva desde que todos nós assim o queiramos. Esta aquisição a concretizar-se, porá de parte a Fábrica da Pinheira, afastará portanto a utilização da Fábrica da Pinheira em termos de utilização para os serviços da Câmara Municipal, não sei o que vamos fazer da fábrica da Pinheira, pensamos naturalmente vender, conforme se compra também se vende.

Relativamente à selecção das freguesias de S. Jacinto, Eixo e Esgueira para efeitos da introdução do rendimento mínimo garantido, na altura que se arrancou com o projecto e por facilidade de contacto com o coordenador deste projecto do rendimento mínimo garantido, que é um aveirense, foi-nos colocada inicialmente e

ainda sem conhecermos bem como se processaria toda esta matéria, qual seria a freguesia que nós indicaríamos para a introdução do rendimento mínimo obrigatório. É claro que a informação voltou-se para S. Jacinto, foi a primeira escolha, entretanto são feitos novos contactos, nova informação e preocupámo-nos em encontrar outras freguesias em que de facto por força da informação dos serviços sociais, da Habitação Social, onde as carências são anotadas em fichas onde existem maior número de pessoas a quem pode ser atribuído o rendimento mínimo garantido e portanto daí resultou estas duas freguesias, foi Eixo e foi Esgueira, este foi o critério escolhido, foi a pressa também, foi o estarmos no terreno, em jogarmos na altura própria para podermos estar também com o rendimento mínimo garantido. Para o ano penso que será ampliado a todas as freguesias e deixará de se levantar esta questão. Relativamente ao Parque de Campismo de S. Jacinto, o investimento que o Sr. Salavessa falou torna-se obrigatório para poder funcionar, é a Direcção Geral do Turismo que nos coloca as falhas, as deficiências daquele parque. A Câmara apostou no parque, julgo que deve continuar a apostar nele, o seu funcionamento, concerteza terá de ser concessionado logo que esteja definitivamente consolidado o seu funcionamento, também a concessão terá os seus valores diferentes daquilo que teria hoje, nós temos vindo a fazer um esforço a dispendir o que se lá ganha, como se costuma dizer, e a investir, é o único parque de campismo municipal, existe o outro que é o da ORBITUR, é um parque com movimento, é razoável o seu funcionamento, julgo que é um local de atracção para o turista, estamos a dar cumprimento, com urgência às imposições da Direcção Geral do Turismo, está feita a adjudicação e depois terá de ser estudada essa concessão e o modo como fazê-lo.

A requalificação do Mercado Manuel Firmino, é uma preocupação que está aqui já legitimada pelas várias intervenções sobre o Mercado Manuel Firmino, alguns dos Srs. Deputados estavam neste órgão quando se decidiu pela construção de um novo Mercado em Santiago, tendo-se definido na altura de que construindo um Mercado em Santiago seria encerrado o Mercado Manuel Firmino. Esta foi a decisão da época, também na altura não estava ainda o Centro Cultural na Fábrica Jerónimo Pereira Campos, não tinha havido a evolução que felizmente houve, a Câmara actual entende não ser possível a desactivação do Mercado Manuel Firmino; acrescentou ainda que simultâneamente ao Mercado de Santiago, a Câmara de então definiu um Mercado em Esgueira, contemplando-se assim os dois extremos da cidade, isto permitiria que o Mercado Manuel Firmino fosse desactivado e se transformasse num outro local, neste caso como aqui foi dito, voltado para a cultura. Hoje o sentimento que existe na Câmara é o de requalificar e melhorar aquele Mercado, é o respeito por

aquilo que diz o PDM, é tentar dar qualidade, essa qualidade é solicitada pelos próprios utilizadores, o seu estado não é dos melhores mesmo em termos de higiene, portanto urge o ajudar dessa qualidade. Entendemos também e entenderam todos que não é fácil retirar de um momento para o outro o funcionamento do Mercado tendo em conta a zona central da cidade, essencialmente da Vera Cruz e ainda de uma grande área da freguesia da Glória e além disso há o aspecto cultural, eu não sei se não é cultural manter a actividade daquele edifício para esse fim, bem, os tempos depois virão a dizer-nos qual será o seu funcionamento no futuro, mas para já é essa a posição de todos nós e ainda bem que estamos todos de acordo. Também sobre esta matéria está definida por deliberação de Câmara, um grupo de Vereadores, não sei agora quais são os Srs. Vereadores, que têm ao seu cuidado dedicarem-se ao edifício, à requalificação daquele edifício e criar portanto um forum, é assim que está decidido numa deliberação de Câmara.

No que respeita a Quintans, que é a preocupação do Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha, tem alguma razão e também tem alguma razão o Sr. Presidente da Junta de Cacia, são aquelas que estão agora em programação. Relativamente a Quintãs há já um projecto aprovado pela CP que prevê duas passagens desniveladas, e da parte da Câmara aguarda-se a aprovação da candidatura apresentada já na Direcção Geral de Transportes Terrestres, ou seja, o acordo de colaboração técnico-financeira.

O Eixo Estruturante que foi aqui levantado também pelo Sr. Presidente da Junta, como é seu timbre, procurar saber o que é que se passa na sua Junta de Freguesia, a primeira fase do estudo apresentado à Câmara vai até à 230-1, a primeira fase, estudo já feito e apresentado à Câmara pelo Gabinete a quem foi encomendado, é um estudo prévio, vai até à 230-1, posso dizer que a previsão de custos em termos de obra até à 230-1 será de setecentos e cinquenta mil contos para este Eixo Estruturante ter a sua concretização, sem incluir nesta importância a compra de terrenos. Este estudo prévio dá agora resposta e corresponde e dá resposta a algumas achegas também relativamente ao Plano de Urbanização e ao Plano Estratégico que está integrado também nesses estudos e nesses Planos. O mau estado da 230-1 terá de ser assumido pela Câmara Municipal se de facto a Junta Autónoma não o assumir.

A habitação social em Quintãs, o problema do atraso da construção de seis moradias, como falou o Sr. Presidente, é o mesmo das onze previstas para S. Jacinto. Este processo demorou no Tribunal de Contas, desde Julho até ao dia vinte de Dezembro para ter o visto do Tribunal de Contas, e só agora é que está em condições para a construção arrancar.

Na passagem desnivelada da Cabreira, é natural que haja ali uma falta de sinalização, o ajardinamento fez-se porque a rotunda está lá, é capaz de estar demasiado grande, mas eu julgo que nós temos no próximo ano de noventa e sete de recuperar, criar boas condições na Rua da Cabreira, abrir um acesso que ligue à estrada de Vilar, à estrada de S. Bernardo, e essa rotunnda será depois sujeita às transformações necessárias, as modificações de trânsito resultarão da criação de passeios, pelo menos de um lado na Rua da Cabreira, na resolução daquelas águas pluviais que correm lá do alto de S. Bernardo até cá abaixo e ainda na abertura de um novo arruamento que dê sequência natural em direcção à estrada de S. Bernardo.

O incidente da Ponte de Pau, a informação que me foi dada diz que esse incidente é resultante do rebentamento de uma conduta de água e que essas águas infiltraram-se no solo dando-se assim o abatimento referido, não há portanto tecnicamente qualquer problema relativamente à ponte de cimento. Quanto aos custos da Ponte de Pau, penso que se devem aproximar dos quatrocentos mil contos, há de facto todo um trabalho a mais relacionado com a rede de saneamento, com a estação elevatória, redes de água e estruturas diversas que foram aproveitadas e se fizeram, atingindo-se assim esse montante.

A Assembleia Distrital é um problema que também tem preocupado a Câmara Municipal, eu falo não em nome da Câmara, nunca pus esse problema à Câmara, mas eu julgo que a Assembleia Distrital, pelo menos enquanto não houver regionalização se deveria manter a funcionar. Tem o seu património, tem aquela instalação onde está o GAT, onde estão as funcionárias da Assembleia, um pequeno auditório, ainda um pouco de terreno, logo há que rentabilizar aquele património; eu penso que a Assembleia Distrital podia ser o tal forum quando se fala da unidade de distrito e admitindo mesmo que a regionalização mantenha intacto o nosso distrito, ali seria sempre o local para os autarcas, para outras entidades poderem vir a discutir os tais temas, os tais problemas que envolvem o distrito, que envolvem vários concelhos, ali poderia ser a sede da Associação de Municípios da Ria ou de outras Associações que pudessem ou possam vir a constituir-se, Sociedades de Desenvolvimento, por exemplo, que possam vir a criar-se. Julgo que a Assembleia, pese embora o vazio, teve um abandono da parte dos Presidentes de Câmara, sem uma conversação séria, sem se ter realmente tomado uma decisão e, hoje tem sido difícil conseguir um "quórum" e quando me perguntam se a Câmara Municipal tem contribuído para que esse quórum exista, digo que sim. Ainda na última reunião, nem sequer se fez uma reunião das normais, reuniões ordinárias, ou uma reunião para tratar de assuntos concretos da Assembleia Distrital, fez-se um convite a todos os Presidentes de Câmara para falarmos

A "Casa de Chá", foi definida na candidatura à Orquestra Regional, foi definida a instalação, portanto a instalação é cedida pela Câmara Municipal, as obras estão a ser feitas no rés do chão para adaptação e eu penso que estão prontas daqui a um mês.

Na zona Industrial de Taboeira, quando se fala de aquisição de terrenos, é alguma preocupação da Câmara em ter terrenos disponíveis para alguns pedidos que aparecem. Temos de retirar algumas instalações fabris que estão no centro da cidade, possivelmente teremos que ajudar a saída dessas instalações fabris adquirindo terrenos que depois são pagos."

Vereador Vitor Silva:

"Em relação à passagem desnivelada de Quintãs, está em causa que o problema da passagem das Quintãs a sul e que nós candidatámos, porquê? porque toda a CP entre Maceda e Quintãs e Maceda e Ovar, todo aquele troço vai ser beneficiado pela CP, finalmente vão arrancar com a obra de melhoramento da CP e como parte das Quintãs, nós temos que assumir a parte de Quintãs sul, Quintãs norte já é absorvido por essa obra, portanto essa será uma que vai entrar, penso que vai entrar tudo em comum, ou seja ao mesmo tempo, isto porque sei que a CP vai lançar o concurso no princípio do ano, portanto o problema dessa situação penso que está resolvida finalmente.

A estrada 230-1, está em muito mau estado, mas é da responsabilidade do Estado, foi uma candidatura que nós fizemos em tempos, fizemos já há uns dois ou três anos conjuntamente com a 335 e com a 230 de Águeda e esta ficou fora desse Plano, primeiro, por falta de verba da Junta Autónoma de Estradas e segundo, porque também não sabíamos qual era a evolução em termos de saneamento, se viermos a ter que meter saneamento nesta rua também não fazia sentido estar a pavimentá-la agora, e neste momento também não temos a certeza. De qualquer das maneiras o que se poderá fazer é solicitar à Junta Autónoma de Estradas que faça pelo menos a reparação naquele troço.

Quanto às Estações Elevatórias na 335, é um assunto que está a ser tratado com o património da Câmara e que também só vai ser preciso para finais do ano de noventa e oito e não me parece que seja uma preocupação muito grande. "

Vereador Albuquerque Pinto:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, é natural que no final do ano em que se começa uma actividade nova, que se queira espelhar da melhor forma possível os resultados operacionais no terreno de um novo serviço que foi experimentado na Câmara Municipal. Essa, foi a razão pela qual se incluiu esta informação sobre

"Saneamento e Salubridade" O que está espelhado nos quadros é retirado dos documentos que se movimentam com este serviço e concluímos no final, concluímos sistematicamente, mensalmente, concluímos que os resultados operacionais são favoráveis e que portanto a prestação destes serviços tem tido vantagens para a Câmara Municipal e, tem tido vantagens porque não só os preços não subiram, gasta-se mais dinheiro mas também se aumentou a área de operação dos "Serviços de Higiene e Salubridade" e portanto tudo o que está espelhado nesses quadros leva-nos precisamente a essa conclusão. Quanto aos números que o Sr. Dr. Raul Martins já se referiu, eles são os que estão aí e não há qualquer outra interpretação desses mesmos números.

Relativamente à nomeação do Director do Aeródromo Municipal, surpreende-me um pouco que o Sr. Custódio Ramos não saiba que há legislação que regula estas coisas. Desde a altura em que a Força Aérea Portuguesa cedeu as instalações do aeródromo para utilização da Câmara Municipal, parte do aeródromo, portanto pista e hangar e taxi-ways, através de um protocolo que mais tarde foi homologado pelo Exército Português, cumpriu-se apenas uma parte do trajecto, portanto houve uma cedência protocolar do Estado Maior da Força Aérea à Câmara Municipal mas, essa cedência protocolar não foi o mesmo que abrir o aeródromo ao tráfego civil; a abertura do aeródromo ao tráfego civil teve mais um percurso de cerca de ano e meio para oficializar este aeródromo a nível nacional e integrá-lo na rede dos aeródromos secundários. Esse licenciamento demorou cerca de ano e meio e no âmbito do licenciamento é necessário, é absolutamente obrigatório, todos os aeródromos municipais ou não, tenham um Director de Aeródromo, era necessário que fosse indicado o Director do Aeródromo. O Director do Aeródromo é portanto uma figura aeronáutica imprescindível e necessária ao licenciamento por lei. Ponderei que o aeródromo não está ainda consumado na sua existência, estamos portanto numa fase iniciante, portanto não sabemos qual será o futuro, o transporte aéreo em Portugal está de certo modo condenado porque há auto-estradas quanto baste e hoje torna-se muito menos caro viajar de automóvel na auto-estrada do que propriamente de avião e portanto nós não conhecemos exactamente o que é que vai ser o aeródromo em termos comerciais, sabemos sim o que vai ser em termos desportivos aeronáuticos e portanto aí eu tive de colocar o problema à Câmara com uma certa ponderação em termos de despesas e foi nessa perspectiva, para não estar a contratar um Director de Aeródromo que custaria uma determinada quantia mensal ao Município, que eu me prontifiquei perante o Director do Departamento da ENA, o Departamento que apoia o licenciamento de Aeródromos Municipais, prontifiquei-me, ele aceitou a proposta

atendendo às minhas condições aeronáuticas de, em princípio ser eu o Director do Aeródromo só nessa perspectiva, portanto, há apenas uma vantagem para o município, não para ninguém, porque o único funcionário que é pago é de facto o Sr. Capitão Manuel Costa.

Respondendo ao Sr. Eng^o Cruz Tavares, eu gostei muito de o ouvir na sua intervenção sobre servidões militares e eu devo dizer que a sua preocupação e os conhecimentos técnicos de decisão militares têm sido veiculados constantemente na Câmara, por mim, para explicar determinadas coisas que acontecem. Era portanto para lhe agradecer essa ajuda, era para explicar também ao Sr. Dr. Nuno Tavares que os problemas que se colocam com a instalação de fábricas de aviões já não é a primeira vez que isso acontece, mas as nossas tentativas de que se consiga autorização ainda que fora da zona de protecção "A", ou melhor fora da zona de protecção de servidão militar "A", instalar uma fábrica não tem colhido resultados positivos junto das entidades militares.

Quanto à sinalização na Estrada 109, fizemos uma proposta formal à Direcção de Estradas, no sentido de retirarmos as viragens à esquerda, especialmente junto do Pingo Doce. Parece-nos que cortar essa viragem à esquerda já seria reduzir em cinquenta por cento o risco, porque a viragem à direita para S. Bernardo, essa quase que não é possível retirá-la na infra-estrutura actual existente. Essa proposta não colheu lá muito bem na Direcção de Estradas que é a entidade competente para decidir sim ou não, estamos à espera realmente de uma decisão para nesse sítio fazer a redução do risco para cinquenta por cento. Quanto à sinalização, pois evidentemente, se não pudermos retirar a viragem à esquerda vamos fazer a proposta de ir para os semáforos amarelos".

Vogal António Salavessa:

"O Sr. Vereador Albuquerque Pinto, tenta justificar uma questão que na minha opinião é uma questão escandalosa, e que vai ser provado que é o pior exemplo de gestão, pelos menos um dos piores exemplos de gestão deste Município. Estes números sobre a entrega a uma concessão privada da recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos, é o delapidar de recursos municipais que poderiam ser muito melhor aproveitados se a Câmara continuasse a assumir, investindo nesta área. Eu, os números que coloco em cima da mesa são os seguintes: do Relatório da Conta de Gerência de 1995 que nos foi apresentada aqui em Abril, está escrito que o conjunto do serviço de higiene e limpeza municipal custou em 1995, portanto em números definitivos de 1995, o último ano antes da concessão, custou cento e noventa e um mil e trezentos contos, todo o serviço de higiene e limpeza. Como poderão ver no Plano

para o ano que vem, o Orçamento da Higiene e Limpeza do Município de Aveiro é de quatrocentos e quarenta e três mil contos, mais do dobro do que aquilo que foi gasto em 1995, estou à espera dos números relativos a este ano, portanto, que teremos em Abril para vermos qual foi o salto de gigante dado de um lado para o outro com os serviços de Higiene e Limpeza e, meus Srs., se esse salto de gigante fosse apenas parcialmente aplicado em novos investimentos, haveria certamente uma melhoria qualitativa do serviço do que aquela que eventualmente se possa estar a verificar. De qualquer forma admito que esta possa ser uma discussão adiada até Abril, porque em Abril teremos números contra números; neste momento temos números contra o Orçamento, embora eu acredite que o Orçamento nesta área seja um Orçamento próximo da realidade."

Vogal Custódio Ramos:

"Era sá uma achega relativamente à questão do Aeródromo, obviamente que eu não sabia que o Aeródromo tem que ter um Director, mas fiquei a saber, a gente aprende até morrer, mas eu não contesto nem o Director, nem a Lei, que exige que haja uma Direcção, o que eu contesto é na imprecisão de se dizer neste mini-relatório trimestral que existe um Quadro de Pessoal, ou seja um Quadro de Recursos Humanos para o Aeródromo, e aliás o Sr. Tenente Coronel está a demonstrar com a sua informação que isso não é verdade. De qualquer forma, muitas das vezes estas mini-impresões que vêm nestes Relatórios para esta Assembleia, mais tarde são invocadas no sentido de que constou, a Assembleia tomou conhecimento, logo vai perdurar, logo existe, logo é legal, logo não é contestável e, é que por vezes com tanta precisão ou imprecisão, cai-se porventura no ridículo, por exemplo, eu podia ter questionado e tentado ridicularizar como é que há cento e uma aterragens e várias descolagens. Enfim, eu não percebo nada disto, mas o que interessa, o que importa à política municipal, à gestão municipal, não é saber quantos ofícios a Câmara expediu, isso não me interessa, o que interessa não é saber efectivamente quantas aterragens houve, o que interessa é saber o principal do Aeródromo, a função social que tem, a função económica, a função turística, isto é que me interessava que fosse desenvolvido. Portanto, é uma crítica que não é feita obviamente à pessoa do Sr. Tenente Coronel, isso está cá escrito, mas esta questão do Aeródromo, até agora não convenceu quase ninguém, e é pena que aquela ideia do empresário, que o Dr. Nuno Tavares quis defender não dava, eu até já lhe sugeri que empurrasse esse investimento para a cidade da Covilhã, onde existe uma Universidade onde se ministra o único curso de licenciatura de Engenheiro Aeronáutico, onde tem um Clube que não levanta esses

problemas militares, não levanta problemas nenhuns desses, e obviamente que eles se implantavam lá com todas as facilidades.

Quanto ao "Saneamento e Salubridade", eu queria deixar uma nota que eu há bocado me esqueci que é o seguinte, isto agora aqui nem é piada nem é qualquer crítica à Câmara, é só lembrar que é o seguinte: existe uma tampa de saneamento da estação elevatória junto ao Hotel Arcada, que é uma tampa que apenas tapa mínimamente o buraco; ora, aquela tampa é grande, o seu volume parece que tem de ser de encomenda, têm que ser herméticas; o outro dia quando foi daquela manifestação desportiva da Rota da Luz, eu ouvi pessoas turistas que vinham assistir à maratona dizer, esta Ria cheira mal, é um cheirete danado. A Ria não cheira mal, o que cheira mal é aquela fossa que está ali num ponto turístico da cidade. Ora, eu pergunto o seguinte: uma Câmara seja ela qual fôr, permitia que se pusesse uma tampa de saneamento numa vivenda que um de nós tivesse, uma tampa daquelas? a Delegação de Saúde permitia uma coisa daquelas? mas mesmo que fosse possível, o que não é obviamente, tem que ser hermético com aquelas ranhuras no encaixe para não dar cheiros, e ter humidade, óleos, etc., à volta para não dar cheiros, ela pode ser tecnicamente uma tampa hermética e é inconcebível que Aveiro transmita esta ideia dos maus cheiros, quando o mau cheiro é apenas de ma Estação Elevatória de Saneamento que está ali num ponto fulcral da cidade; o mau cheiro felizmente não é da Ria, é daquela fossa que é impossível vocês nunca terem notado quando lá passam. Há que tomar providências para que Aveiro deixe de ter essa imagem, que foi de outros tempos, e que hoje felizmente não tem.

Vogal Cruz Tavares:

"Eu queria apenas deixar o registo do optimismo do Sr. Presidente da Câmara, relativamente às negociações que iniciou com o Sr. Secretário de Estado da Defesa, relativamente ao Quartel do Parque. Também entendo que aquelas instalações têm muito aproveitamento para as instalações dos Serviços Municipais e, sobretudo têm algumas ocupações no logradouro do Quartel que estão a impedir a prossecução de determinados Planos de Urbanização para o local, e que por pequenas áreas, triângulos, não podem ser desenvolvidos, porque algumas instalações daquele Quartel estão a impedir que aquele Plano tenha alguma coerência quando fôr desenvolvido. Portanto, em relação a isso, oxalá que o seu optimismo se verifique, e oxalá que o meu realismo não vença.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,01 hora do dia 28.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


António de Sousa Dinis Crespo
